



POVO LIVRE

Director: Luís Álvaro Campos Ferreira

Internet: www.psd.pt - E-Mail: povolivre@psd.pt

A reforma da Função Pública



É importante, urgente
e vai ter sucesso!

(Centrais)

A Convenção Europeia
vista por Ernâni Lopes

(Página 12)

Convenção Autárquica
do Alto Minho

(Página 9)

Grupo Parlamentar
do PSD

(Página 20)

Durão Barroso
em Berlim

(Página 18)



Intervenção sobre a actividade profissional de odontologia

Deputado Carlos Miranda
A.R. – 26.06.2003

(...)
A Saúde Oral e em particular a **Saúde Dentária têm de poder acompanhar de perto a melhoria dos cuidados de Saúde em Portugal.**

(...)
O País tem já ao seu serviço cerca de **4.200 médicos dentistas**, um por cada 2.400 habitantes;

Assiste-se a um crescimento muito acelerado do seu número.

(...)
Está assim criada uma das condições fundamentais para a realização de uma política de Saúde Oral, que assenta precisamente na existência de recursos humanos abundantes e de qualidade.

(...)
...criar condições para que todos os portugueses tenham acesso aos cuidados de saúde



dentários, como cuidados de saúde primários que são.

(...)
Ao Partido Social Democrata têm

pertencido as principais iniciativas legislativas conformadoras da organização desta associação da classe.

(...)
...o Estado atribui à **Ordem dos Médicos Dentistas** os poderes/ deveres de **defender a ética e a deontologia**, mas também a **qualificação profissional dos seus membros**, com o intuito de **assegurar e fazer respeitar o direito dos utentes a uma medicina dentária qualificada.**

(...)
...com o objectivo de garantir a qualidade neste especial sector, de enorme evolução técnica, tecnológica e científica, a **Ordem dos Médicos Dentistas vai passar a ter de promover a qualificação**

permanente dos médicos dentistas, nomeadamente por meio de **formação continua** e de **ensino pós graduação.**

A actualização profissional não é um "gosto" individual do dentista, mas um seu dever profissional que corresponde a um direito dos pacientes.

Mas o Estado não se pode limitar a delegar poderes/deveres de controlo de competências.

(...)
...a actividade odontológica, por razões de saúde pública e por força das exigências comunitárias, foi restringida, interditando-se a prática de actos de ortodontia, salvo aos odontologistas particularmente habilitados para o efeito.

(...)

Agenda

Terça-feira, dia 1 de Julho de 2003-10:00h

Discussão conjunta:
Proposta de Lei nº 77/IX(GOV)
Projecto de Lei nº 286/IX(PS)
Projecto de Resolução nº 162/IX(PCP)
(Autoriza o Governo a legislar sobre a Casa do Douro, aprovando novos estatutos e respectivo regulamento eleitoral)

Proposta de Resolução nº 36/IX(GOV)
(Aprova a Decisão do Conselho de Governadores do Banco Europeu de Investimento de 4 de Junho de 2002, no que se refere ao aumento do Capital do Banco)

Proposta de Resolução nº 37/IX(GOV)
(Aprova a Convenção sobre assistência em caso de acidente nuclear ou emergência radiológica, adoptada pela Conferência Geral da Agência Internacional de Energia Atómica, no âmbito das Nações Unidas)

Terça-feira, dia 1 de Julho de 2003-15:00h

Debate de Urgência requerido pelo GP/PCP
(Sobre a Política Comum de Pescas)

Projecto de Lei nº 40/IX(PSD/CDS-PP)
(Criação do Município de Fátima)

Projectos de Lei de criação de Cidades, Vilas e Freguesias

Proposta de Lei nº 59/IX(GOV)
(Relativa a normas mínimas em matéria de concessão de protecção temporária no caso de afluxo maciço de pessoas deslocadas)

Votações dos diplomas debatidos no final da Sessão

Quarta-Feira, dia 2 de Julho de 2003-15:00h

Discussão conjunta:
Proposta de Lei nº 74/IX(GOV)
Projecto de Lei nº 305/IX(BE)
Projecto de Lei nº 306/IX(PS)
Projecto de Lei nº 320/IX(PCP)
Projecto de Lei nº 321/IX(PEV)
(Lei de Bases da Educação)

Discussão conjunta:
Proposta de Lei nº 71/IX(GOV)
(Autoriza o governo a legislar sobre um novo regime jurídico dos bens do domínio público ferroviário, incluindo as regras sobre a sua utilização)

Proposta de Lei nº 75/IX(GOV)
(Aprova o regime de prevenção e repressão de actos ilícitos praticados a bordo de aeronaves civis, em voos comerciais)

Quinta-Feira, dia 3 de Julho de 2003-15:00h

-Debate sobre o Estado da Nação

Eleição para os Órgãos externos à Assembleia da República
-Conselho de Gestão do Centro de Estudos Judiciários
-Comissão Nacional de Ética para as Ciências da Vida
-Comissão de Fiscalização dos Centros Educativos, de acordo com a Lei Tutelar de Menores
-Um elemento da Delegação da Assembleia da República ao Conselho da Europa
-Um elemento do Conselho Nacional de Protecção de Dados Pessoais

VOTAÇÕES



Parlamento

Tema da Semana



Intervenção sobre a apresentação do Relatório de Auditoria à gestão da RTP elaborado pelo Tribunal de Contas

Dep. Pinho Cardão
AR, 27 de Junho de 2003

(...)
Uma questão que mereceu especial atenção do Tribunal de Contas é a questão do serviço público de televisão.

Segundo o Tribunal de Contas, o serviço público, tal como definido no Contrato de Concessão:

· Apresenta-se com as "...dificuldades a um conceito demasiado vago e genérico".

· Não é suportado por um "instrumento que estabeleça, de forma clara, os objectivos a cumprir..."

· Não é coberto financeiramente de forma adequada, já que o seu financiamento se apresenta "...não tanto como uma cobertura da respectiva prestação, mas mais como uma cobertura para a totalidade dos custos que a RTP suporta no desenvolvimento da sua actividade".

Assim, "é o próprio contrato de concessão a convidar à ineficiência e à ineficácia gestionária da RTP..."

(...)
... independentemente do que é referido sobre o Relatório do Tribunal de Contas, pensa-se que,

mais do que discutir o passado, interessará discutir o futuro, ou discutir o passado, mas enquanto lição para o futuro.

(...)
Na opinião do Relator, e pela **importância que o serviço público tem na informação e formação dos portugueses, na preservação de valores culturais e éticos, no fortalecimento da língua, da independência e da identidade nacionais, na criação artística, na produção nacional de qualidade, na defesa das liberdades e na função de "regulação"** que a sua programação deve exercer em relação à programação das estações privadas, interessaria formar-se um forte consenso na Sociedade Portuguesa sobre alguns temas, dos quais se destacam:

· O serviço público de televisão

· O financiamento do serviço público de televisão

· O veículo de concretização do serviço público, no caso a RTP.

A infraestrutura tecnológica da



RTP, por não ser separável por canal, e estar preparada para servir, simultaneamente, vários canais de emissão e ficar improdutivo se servir um menor número leva a que a extensão da programação (um, dois ou mais canais) seja susceptível de ser analisada em termos de custos marginais e não em termos de custos totais.

...o **esforço a fazer pela empresa** terá que ser sempre, e mais, na **obtenção de uma estrutura leve**, de forma a potenciar a sua actividade essencial, que é a da emissão televisiva.

...o esforço a fazer pelo Estado,

traçada que seja a essência e o rumo de serviço público, deverá centrar-se em não criar novos equívocos de financiamento, que venham a sobressaltar uma nova e decisiva etapa de vida que se anuncia para a empresa.

(...)
...considera-se que o profundo e bem elaborado Relatório do Tribunal de Contas e os seus Anexos que contêm o Contraditório e a Tréplica do Tribunal constituem um instrumento fundamental de análise para a Tutela e para qualquer Administração da RTP.

(...)

Observatório de Imprensa

Crime e castigo

Não podemos escamotear a necessidade de apoiar o povo russo na sua cruzada antiterrorismo (nas sociedades abertas não há tolerância alguma a guardar para com os que escolhem a violência como forma de argumentação), designadamente na Chechénia. Porém usando o título imortal de Dostoiévski, é preciso zelar para que o castigo seja proporcional ao crime.

Gonçalo Capitão

A Capital, 24/06/2003

Controlo da despesa e rigor no investimento público

O importante é o controlo da despesa. Deve manter-se uma preocupação muito forte com o controlo da despesa corrente e de selecção muito rigorosa do investimento público.

Tavares Moreira

O Diabo, 24/06/2003

É assim

A lei do arrendamento urbano deixou de fazer sentido. O País sabe que essa lei tem feito mal às pessoas, às casas, às famílias e às cidades.

Pedro Santana Lopes

Diário de Notícias, 26/06/2003



Intervenção sobre o regime jurídico do exercício da actividade de segurança privada

Deputado Luís Montenegro
A.R. 27 de Junho de 2003

(...)
A intenção do Governo de alterar o regime jurídico do exercício da actividade de segurança privada justifica-se por várias razões. A saber:

...para ultrapassar as inconstitucionalidades orgânicas, expressas e decididas pelo acórdão do Tribunal Constitucional Nº 255/2002 relativamente ao regime que se encontra em vigor. Tal decisão afectou um conjunto importante de normas do DL Nº 231/85 de 22 de Julho e ditou como consequências a dificuldade de autorização da videovigilância bem como encurtou de forma insustentável os requisitos de admissão à profissão de vigilante de segurança privada...a dificuldade de autorização da videovigilância bem como encurtou de forma insustentável os requisitos de admissão à profissão de vigilante de segurança privada.

(...)
... esta oportunidade

permitirá também criar a figura do DIRECTOR DE SEGURANÇA como um responsável pela preparação, treino e actuação do pessoal de vigilância, aumentando assim os requisitos de segurança da actividade.

(...)
... as medidas tendentes a agilizar e desburocratizar os procedimentos de emissão de alvarás e licenças.

... a necessidade da nossa legislação se adaptar ao direito comunitário, sabido que é que o actual regime do DL 231/98, está a ser alvo de processo que corre os seus termos no Tribunal de Justiça comunitário.

(...)

A possibilidade dos Assistentes de Recinto Desportivo (...) efectuarem revistas pessoais no acesso aos recintos.



Sendo certo que o objectivo é claro (e merece o nosso acolhimento) no

sentido de que previne a ocorrência de actos de violência e confere segurança à realização do espectáculo, impedindo ou tentando impedir, a introdução nos recintos desportivos de substâncias ou objectos proibidos, a questão, aliás levantada em sede de comissão, é saber se devemos ou não ir mais longe, ou seja, se devemos estender essa possibilidade a outros vigilantes de segurança privada e em que condições.

(...)
...Uma sugestão deste grupo parlamentar relativamente ao transporte de valores. Entendemos ser possível neste campo estudar a possibilidade dos veículos adstritos a este serviço poderem utilizar vias prioritárias (exemplo "BUS") e usufruírem de condições especiais de estacionamento, como forma de contribuir para um mais seguro exercício da sua função.

(...)

Intervenção sobre a nova Lei de Televisão

Deputada *Maria Elisa Domingues*
25.06.2003

(...)
A **televisão portuguesa emite mais programação recreativa com actos de violência do que a televisão americana**; e uma vez que a violência, quando é vista como justificada, pode facilitar a aprendizagem da agressão, o panorama da violência na programação recreativa da nossa televisão é potencialmente mais negativo do que nos EUA.

Esta conclusão é apresentada na "Avaliação da Violência na Televisão Portuguesa" efectuada pelo Centro de Investigação e Intervenção Social do ISCTE (Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa). Este estudo, encomendado pela AACs a uma qualificada equipa de investigadores, caracterizou o grau de violência dos quatro canais generalistas portugueses, em 1997, detendo-se na programação recreativa para adultos e crianças, na programação informativa e na publicidade.



(...)
...a **Televisão** pode ser um **extraordinário orientador de atitudes pró - sociais**: numerosas pesquisas demonstram que o controle dos espectadores sobre as imagens pode ser grande e que é possível aprender a ver Televisão de forma activa e critica.

Com efeito, **é a maneira como as pessoas usam as suas capacidades para pensar, sentir e julgar que determina o efeito negativo dos media**. Daí que seja necessário melhorar as nossas

competências a aprender a ver Televisão. E é aqui que cabe lembrar o papel dos Pais, da Escola e do Estado.

(...)
...é chegado o tempo de todos assumirmos, de forma adulta, as nossas responsabilidades e acredito que há, no nosso país, um grande consenso neste sentido.

(...)
...a **auto - regulação** como método largamente aceite na Europa para reforçar as responsabilidades das comunidades jornalísticas, porque é fundado sobre o acordo voluntário dos jornalistas e dos editores, no respeito por critérios deontológicos e profissionais.

(...)
Este pacto de liberdade e de responsabilidade terá necessário que envolva também as famílias e os educadores e comprometerá as Televisões, a pública e as privada, a tornarem públicas as cartas deontológicas onde devem estar estabelecidas as regras que devem

respeitar os produtores de todos os programas.

(...)
É, pois, **urgente, a criação de uma nova Entidade Reguladora, agora anunciada pelo Governo, efectivamente independente do poder político, corajosa e ágil**.

(...)
A **violência excessiva na Televisão introduz uma maior injustiça social** porque atinge sobretudo os mais vulneráveis (e permitem-me que sublinhe que esses não são apenas as crianças, mas também os mais idosos já que, a pessoas dos 55 anos, a exposição à Televisão aumenta em mais de 20%, muitos desses adultos têm também fraca capacidade critica face ao que vêem, e que pode provocar-lhes uma insegurança extrema.

Ora **a protecção dos mais vulneráveis, a luta contra todas as formas de discriminação é uma das maiores preocupações das sociedades democráticas**.

(...)



Requerimento ao Ministério da Ciência e do Ensino Superior

Sobre as eleições para a Presidência do Instituto Politécnico de Viseu
Deputado Massano Cardoso

Requerimento ao Ministro da Saúde

Sobre nova sede para o Centro de Saúde de Sines
Deputados Luís Rodrigues, Miguel Frasquilho, Bruno Vitorino, Clara Carneiro e Pedro Roque

Requerimento ao Ministério da Justiça

Sobre Instalação do Tribunal Administrativo e Tributário em Castelo Branco
Deputados Ana Manso e Fernando Lopes

Requerimento ao Ministério da Agricultura Desenvolvimento Rural e Pescas

Sobre Encerramento do Matadouro de Viseu
Deputados António Almeida Henriques, Melchior Moreira, Carlos Andrade Miranda, Pedro Alves e Eulália Teixeira

Requerimento ao Ministério da Ciência e do Ensino Superior

Sobre a Agência Ciência Viva
Deputados João Almeida e Gonçalo Capitão

Requerimento ao Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações

Sobre Obras no Distrito de Bragança
Deputados Miguel Miranda e outros

Requerimento ao Ministério da Educação

Sobre Escola Básica 2º e 3º ciclos, Professor Lindley Cintra
Deputados Isilda Pegado e Francisco Martins

Requerimento à Câmara Municipal de Lousada

Sobre Alargamento da Ponte de Romariz – Km 4,250 da EN 320
Rotunda ou colocação de semáforos no cruzamento variante PI 5 com Casais/Cales
Construção de passeios na Variante PI5 – Meinedo
Empreendimento habitacional de Meinedo (Maninho)
Construção de um Pavilhão Gimnodesportivo
Deputados Ricardo Almeida e Fernando Charrua

Requerimento ao Ministério das Obras Públicas, Transportes e Habitação

Sobre EN 10 – Alargamento do Recta do Cabo
Deputado Pedro Moutinho

Requerimento ao Ministério das Obras Públicas, Transportes e Habitação

Sobre Execução da N 115 - 5
Deputado Pedro Moutinho

Requerimento ao Ministério da Administração Interna

Sobre Conclusão do Quartel da GNR de Alverca
Deputado Pedro Moutinho

Requerimento ao Ministério da Administração Interna

Sobre Conclusão do Quartel da GNR de Vialonga
Deputado Pedro Moutinho

Requerimento ao Ministério da Administração Interna

Sobre Projecto da Esquadra da PSP em Vila Franca de Xira
Deputado Pedro Moutinho

Requerimento ao Ministério da Educação

Sobre Pagamento finais da Escola Básica 2,3 de Castanheira do Ribatejo
Deputado Pedro Moutinho

Requerimento ao Ministério da Educação

Sobre Pagamento da Comparticipação do Ministério da Educação no Pavilhão Desportivo da Escola Prof. Reynaldo Santos
Deputado Pedro Moutinho

Requerimento ao Ministério da Educação

Sobre Pagamento da Comparticipação na conclusão do Pavilhão Desportivo da Escola Básica 2,3 Aristides Sousa Mendes
Deputado Pedro Moutinho

Requerimento ao Ministério da Educação

Sobre pagamento da Comparticipação na conclusão do Pavilhão Desportivo da Escola Secundária do Forte da Casa
Deputado Pedro Moutinho

Requerimento ao Ministério da Saúde

Sobre Obras na Extensão de Saúde de Alverca
Deputado Pedro Moutinho

Requerimento ao Ministério da Saúde

Sobre Extensão de Saúde da Castanheira do Ribatejo
Deputado Pedro Moutinho

Requerimento ao Ministério da Saúde

Sobre Construção do Centro de Saúde na Póvoa de Santa Iria
Deputado Pedro Moutinho

Requerimento ao Ministério da Segurança Social e do Trabalho

Sobre CERCI Póvoa
Deputado Pedro Moutinho

Requerimento ao Ministério da Segurança Social e do Trabalho

Sobre Modernização do Centro de Emprego de Vila Franca de Xira
Deputado Pedro Moutinho

Requerimento ao Ministério da Segurança Social e do Trabalho

Sobre Execução da CERCI Tejo
Deputado Pedro Moutinho

Requerimento ao Ministério das Cidades, Ordenamento do Território e Ambiente

Sobre Programa Polis de Vila Franca de Xira
Deputado Pedro Moutinho

Requerimento ao Ministério da Justiça

Sobre Tribunal Judicial de Vila Franca de Xira
Deputado Pedro Moutinho

Requerimento ao Ministério da Economia

Sobre Recuperação de Centros Históricos
Deputados Ana Manso e Fernando Lopes

Requerimento ao Ministério dos Negócios Estrangeiros e das Comunidades Portuguesas

Sobre Pagamento de Imposto Profissional por funcionários da RAEM (eventual violação da Lei Básica de Macau e da Declaração Conjunta Luso-Chinesa)
Deputada Manuela Aguiar

Reunião do Conselho de Ministros

Actos da União Postal Universal Transposição de directrizes da CE

O Conselho de Ministros, na reunião sexta-feira, 26 de Junho, que como habitualmente teve lugar na Presidência do Conselho, aprovou uma proposta de Lei, uma proposta de resolução, dois decretos, cinco decretos-Lei e sete resoluções.

Recordando que, no XXII Congresso da União Postal Universal, (UPU) no qual foram aprovados os Actos Finais da União Postal Universal, documento agora proposto para ratificação, foram aprovadas questões fundamentais para a União, tais como a adopção de uma nova disposição que consigna a prestação de um serviço postal universal (correspondente a uma oferta de serviços de postais básicos de qualidade, fornecidos permanentemente em qualquer ponto do seu território, a preços acessíveis), com vista a fortalecer o conceito de unidade do território postal da União.

Ficou também consagrada uma disposição sobre segurança postal, que pretende incentivar os Membros a adoptar e implementar uma estratégia em matéria de segurança, na alteração das responsabilidades das Administrações Postais (nomeadamente, a modificação dos prazos de aceitação das reclamações e de pagamentos das indemnizações) e por último, na adopção de um sistema de pagamentos diferenciados para fluxos de correios entre países industrializados e países em desenvolvimento.

Foi ainda criado um fundo de qualidade de serviço, constituído por parte da remuneração dos encargos terminais pagos entre as Administrações Postais, com o objectivo de financiar projectos que visem a melhoria da qualidade de serviço dos correios a nível mundial.

São esses actos que o Conselho de Ministros agora faz objecto de uma Proposta de Resolução que os ratifica conforme o XXII Congresso da UPU, realizado em Beijing (Pequim), de 23 de Agosto a 15 de Setembro de 1999, que contém o Sexto Protocolo Adicional à Constituição da União Postal Universal, as Declarações feitas por ocasião da assinatura destes Actos, o Regulamento Geral da União Postal Universal, a Convenção Postal Universal e o seu Protocolo Final e o Acordo referente aos Serviços de Pagamento do Correo.

Aprovados diplomas sobre os serviços de radiodifusão sonora e de radio-comunicações

Por Decreto foram aprovados os Actos Finais da Conferência Administrativa Regional para a planificação do serviço de radiodifusão

sonora em ondas métricas (Região 1 e parte da Região 3), realizada em Genebra, em 1984, no âmbito da União Internacional das Telecomunicações (UIT), que contém o Acordo Regional relativo à utilização da faixa 87,5 – 108 MHz pelo serviço de radiodifusão

no momento da assinatura dos Actos Finais.

Tendo em linha de conta que o Regulamento das radio-comunicações da União Internacional de Telecomunicações é um dos dois Regulamentos Administrativos

Transposições para a ordem jurídica nacional, de directivas da CE

Por Decreto-Lei é transposta para a ordem jurídica nacional a Directiva



sonora em modulação de frequência (Região 1 e parte da Região 3) e o Protocolo Final com as Declarações formuladas no momento da assinatura dos Actos Finais.

Os Actos Finais, reflectidos no presente diploma, contém o Acordo Regional relativo à utilização da faixa de 87,5 – 108 MHz pelo serviço de radiodifusão sonora em modulação de frequência na área geográfica em causa e o Protocolo Final com as Declarações formuladas no momento da assinatura daquele documento.

A matéria tratada nesta conferência respeita à planificação da faixa utilizada pelo serviço de radiodifusão sonora em modulação de frequência, a qual, pela sua natureza, exige uma forte coordenação regional e mundial, não podendo ser, desta forma, tratada individualmente por cada país, pelo que assume grande importância para o Estado Português a respectiva aprovação na ordem jurídica nacional.

Também por decreto, foram aprovados os Actos Finais da Conferência Mundial de Radio-comunicações de 1995, que contém a revisão do Regulamento das Radio-comunicações da União Internacional das Telecomunicações e o Protocolo Final com as Declarações formuladas

previstos no Artigo 4º, n.º 3, da Constituição da União Internacional das Telecomunicações e que complementa as disposições da constituição e da Convenção da UIT e os princípios orientadores fundamentais, técnicos e administrativos a que deve obedecer toda e qualquer utilização de um serviço de radio-comunicações, o Governo aprovou o presente Decreto.

Aprovada a orgânica do Instituto de Meteorologia

Por Decreto-Lei foi aprovada a orgânica do Instituto de Meteorologia, concretamente no que respeita ao conteúdo da nova Lei Orgânica e para além das atribuições que explicitam os poderes decorrentes de o Instituto de Meteorologia ser a autoridade nacional nos domínios da meteorologia, climatologia, geomagnetismo e sismologia, bem como em termos meteorológicos para fins aeronáuticos e marítimos.

Estabelece-se também a estrutura organizativa, prevendo-se a posterior aprovação por decreto regulamentar das suas competências e funcionamento.

1999/105/CE, do Conselho, de 22 de Dezembro de 1999, relativa à comercialização de materiais florestais de reprodução, e estabelece as normas gerais aplicáveis à produção e comercialização de materiais florestais de reprodução não abrangidos por esta directiva.

O presente Decreto-Lei tem por principais objectivos regular a produção, a comercialização, a importação e a exportação de materiais florestais de reprodução de 48 espécies florestais e híbridos artificiais;

Regular a produção e comercialização de todas as espécies florestais e híbridos artificiais não abrangidos pela Directiva 1999/105/CE do Conselho, de 22 de Dezembro de 1999;

Determinar normas de aprovação do material de base para a produção de materiais florestais de reprodução;

Estabelecer normas de identificação dos materiais florestais de reprodução, durante a produção, transporte e comercialização.

Definir as normas de certificação e controlo dos materiais florestais de reprodução

Definir as exigências técnicas

(continua na página ao lado) 



Reunião do Conselho de Ministros (Continuação)

Sociedade de Informação, Governo Electrónico e Banda Larga

◀ (continuação da página ao lado)

mínimas de aprovação de material de base destinado à produção de materiais florestais de reprodução a certificar, como seleccionados das espécies de pinheiro-bravo, pinheiro-manso, sobreiro e eucalipto-glóbulu.

Definir o organismo oficial de controlo da aplicação do diploma, e definir as respectivas atribuições e competências.

Estabelecer o regime sancionatório respectivo.

Estatuir sobre a respectiva regulamentação, em matéria de taxas e sobre o regime transitório aplicável.

Remeter a entrada em vigor do diploma para trinta dias após a data de publicação, de modo a acautelar a prévia publicação das disposições regulamentares necessárias à sua execução.

Outra transposição por Decreto-Lei é a da Directiva 2000/53/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 18 de Setembro de 2000, relativa aos veículos em fim de vida.

Através deste regime, estabelece-se a proibição de utilização de substâncias perigosas na produção de veículos e dos seus componentes, incentivando-se a sua substituição por materiais menos agressivos para o ambiente e a utilização de materiais reciclados.

Prevê-se ainda a constituição de um sistema integrado de gestão, segundo o qual os produtores e importadores de veículos são responsabilizados pelo seu

serão alvo de tratamento em operadores devidamente autorizados, os únicos que poderão emitir certificados de destruição para efeitos do cancelamento do registo e da matrícula dos veículos, sendo que desse processo de tratamento constará obrigatoriamente um desmantelamento prévio à fragmentação, por forma a garantir a possibilidade de reutilização e de valorização, especialmente de reciclagem, dos componentes dos veículos em fim de vida.

São ainda fixados no diploma objectivos de reutilização e valorização, nomeadamente de reciclagem, para todos os veículos em fim de vida anualmente gerados no território nacional.

Criação do Hospital do Litoral Alentejano

É criado por Decreto-Lei o Hospital do Litoral Alentejano, submetendo-o ao regime de instalações previsto no Decreto-Lei n.º 215/97, de 18 de Agosto.

Com o presente diploma visa-se dotar a região de Santiago do Cacém de uma nova estrutura hospitalar, consentânea com uma boa e eficaz prestação de cuidados de saúde.

De facto, o actual hospital, cuja origem remonta a 1843, não dispõe, na actualidade, e apesar da ampliação efectuada em 1997, dos meios

Fixados tectos de emissão de poluentes

São fixados por Decreto Lei os tectos de emissão nacionais de determinados poluentes atmosféricos, tomando como referência os anos de 2010 e 2020, transpondo para a ordem jurídica nacional a Directiva 2001/81/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 23 de Outubro de 2001.

O presente diploma cria mecanismos para limitar as emissões de determinados poluentes acidificantes, eutrofizantes e de precursores de ozono, de forma a reforçar a protecção do ambiente e da saúde humana contra os riscos decorrentes da acidificação, da eutrofização dos solos e da concentração de ozono ao nível do solo.

Sociedade de Informação, Governo Electrónico, Banda Larga, Inclusão de cidadãos com necessidades especiais e Compras Electrónicas

Cinco Resolução do Conselho de Ministros aprovam vários procedimentos e regras para matéria ligada à sociedade de Informação. Assim, foi aprovado o Plano de Acção para a Sociedade da Informação que é o principal instrumento de coordenação estratégica e operacional das políticas do XV Governo Constitucional para o desenvolvimento da Sociedade da Informação em Portugal.

Este Plano de Acção estabelece objectivos e metas, considerando, por um lado, o impacto estruturante do desenvolvimento da Sociedade da Informação na competitividade do país e das suas empresas, na modernização da Administração Pública e na qualidade de vida dos portugueses e, por outro, o facto de Portugal ocupar uma posição pouco favorável no contexto europeu, no âmbito dos objectivos estabelecidos nos Planos de Acção e Europe 2005.

Outro Plano de Acção aprovado foi o que se refere ao Governo Electrónico, que tem os seguintes objectivos nucleares:

- a) o aumento da conveniência e satisfação dos cidadãos;
- b) a promoção da eficiência com menos custos;
- c) o aumento da transparência do aparelho do Estado;
- d) a promoção da participação democrática por parte dos cidadãos.

Os projectos emblemáticos a desenvolver no domínio do Governo Electrónico são: o Portal do Cidadão; a definição das normas de interoperabilidade; a racionalização de

custos de comunicação; as compras electrónicas, com o lançamento de sete projectos-piloto já em 2003; a criação do Portal da Administração e do funcionário Público; e o Sistema de Informação Nacional e Único da Segurança Social.

A participação de todos os ministérios na elaboração deste Plano de Acção contribuiu fortemente para o seu cariz operacional, transformando-o num instrumento central de alinhamento das acções ministeriais a desenvolver neste domínio, no contexto de uma visão coordenada de desenvolvimento do Governo Electrónico em Portugal.

Quanto à Iniciativa Nacional para a Banda Larga, tem como principal objectivo massificar o acesso e a utilização da Banda Larga em Portugal, contribuindo, por um lado, para o aumento dos níveis de produtividade e competitividade da economia nacional e, por outro, para o desenvolvimento de uma sociedade orientada para o conhecimento e para a coesão social.

Através da implementação da Iniciativa Nacional para a Banda Larga, Portugal propõe-se atingir, em 2005, os seguintes objectivos:

Pelo menos 50% dos agregados familiares e 50% das empresas nacionais com mais de 9 trabalhadores serão utilizadores de acessos em Banda Larga e consumidores de conteúdos e aplicações interactivas;

100% dos organismos públicos da Administração Pública Central estarão ligados em Banda Larga;

O número de alunos por computador nas escolas será superior à média europeia;

O número de postos públicos com acesso à Internet em Banda Larga será superior a 16 por cada 100 000 habitantes.

Foi ainda aprovado o Programa Nacional para a Inclusão de Cidadãos com Necessidades Especiais na Sociedade da Informação.

Este Programa Nacional tem uma componente fortemente operacional, destacando-se a identificação de prioridades de actuação que congregam acções e projectos para os Cidadãos com Necessidades Especiais, no contexto de desenvolvimento da Sociedade da Informação:

- Acessibilidade;
- Ajudas Técnicas;
- Legislação, Regulação e Normalização;
- Ciência, Inovação e Redes de Conhecimento;
- Educação;
- Trabalho;
- Acções de Sensibilização;
- Cooperação com Empresas;

(continua na página 8) ▶▶▶▶



correcto tratamento quando estes chegam ao final da sua vida útil.

Para o efeito os produtores são responsáveis pela constituição de uma entidade gestora até 1 de Janeiro de 2004, à qual caberá organizar uma rede nacional de recepção de veículos em fim de vida e financiar o seu tratamento.

Os veículos em fim de vida, entregues no âmbito deste sistema,

tecnológicos adequados a uma eficaz prestação de cuidados de saúde, sendo frequente o recurso a outras unidades hospitalares.

A dimensão, diferenciação e complexidade que caracterizam esta nova estrutura, justifica a sua sujeição ao regime de instalação por um período de dois anos, nos termos do Decreto-Lei n.º 215/97, de 18 de Agosto.

Conselho de Ministros (conclui)

Investimento da “Visteon” Lei de Bases do Desporto

▶▶▶▶ (continuação da página 7)

Cooperação Internacional.
Finalmente, uma Resolução aprova o Programa Nacional de Compras Electrónicas.

O cumprimento deste Programa contribuirá para Portugal alcançar dois grandes objectivos: promoção de eficiência e eficácia do processo aquisitivo público, gerando ganhos e poupanças estruturais, facilitando e alargando o acesso das empresas ao mercado de compras públicas e aumentando a transparência e a qualidade de serviço prestado; criação de dinâmicas de modernização junto dos agentes económicos, promovendo a sua competitividade e produtividade e induzindo a adopção de novas práticas de comércio electrónico a nível nacional.

Contrato de Investimento com a Visteon Corporation

Por resolução do Conselho de Ministros foram aprovadas as minutas do Contrato de Investimento e respectivos Anexos a celebrar entre o Estado Português, a Visteon Corporation e a Visteon Portuguesa, Ltd, para a modernização da unidade fabril da sucursal desta última em Palmela.

O Grupo norte americano VISTEON CORPORATION, ao qual a VISTEON PORTUGUESA LTD pertence, é um fornecedor líder mundial da indústria automóvel, com mais de 180 fábricas, centros técnicos de investigação e desenvolvimento, centros de vendas e serviço, empregando mais de 77.000 pessoas, espalhados por 25 países nos cinco continentes.

O investimento, a ser realizado em Portugal até 2004, ronda o valor global de 49 milhões de Euros, dos quais 1 milhão de Euros em formação profissional.

Com a criação do Centro de Engenharia em Portugal, a VISTEON pretende constituir um “Co-located Manufacturing and Design Integration Center” na unidade fabril da Palmela, de forma a co-localizar nessa unidade as capacidades produtivas e de desenvolvimento de produtos, capitalizando a vantagem estratégica da fábrica de Palmela de ser a única unidade na Europa a produzir produtos áudio, e tornando esse investimento estratégico, tanto para a fábrica de Palmela como para a indústria portuguesa.

A Resolução do Governo assegura ainda a manutenção dos actuais cerca de 2000 postos de trabalho, atingindo em 2004, ano de cruzamento, um valor de vendas, acumulado desde o início do projecto, na ordem dos 1646 milhões de Euros.

O impacte macro-económico do

Projecto é significativo, prevendo-se que gere um efeito positivo na Balança de Pagamentos, até ao final de 2008, na ordem dos 1254 milhões de Euros.

Proposta de Lei de Bases do Desporto.

Sem prejuízo de se dever reconhecer o carácter inovador e os méritos dos conteúdos dos diplomas em vigor, afigura-se hoje necessário proceder a um ajuste formal e material à realidade desportiva actual, bem como aos novos contextos políticos, sociais, económicos e tecnológicos indissociáveis do processo de desenvolvimento desportivo. O mesmo raciocínio se aplica face às diversas alterações e inovações em sede dos ordenamentos jurídicos nacional e internacional.

Com a aprovação da proposta de Lei de Bases do Desporto, dá-se início ao cumprimento de uma das principais prioridades definidas no Programa do Governo – a reforma do sistema legislativo desportivo -, estabelecendo-se os princípios gerais de um desporto moderno, adaptando-o à realidade desportiva actual, articulando-o com outros sectores e planeando-o numa estratégia de médio/longo prazo.

Como principais novidades introduzidas nesta proposta de lei podem apontar-se a definição do que é competição profissional, clube profissional e praticante profissional bem como a delimitação da intervenção da federação face à intervenção da liga ou entidade análoga. Ainda no âmbito do desporto profissional é prevista a unificação de regulamentos disciplinar e de arbitragem, e simultaneamente a unidade orgânica, ou seja: um só Conselho de Arbitragem, um só Conselho de Disciplina e um só Conselho de Justiça.

Por outro lado, o Conselho Superior de Desporto, para além das competências consultivas que anteriormente lhe estavam cometidas, passa a intervir quer nos domínios da fiscalização, quer da arbitragem de conflitos desportivos. Nos estatutos federativos passa a constar a limitação dos mandatos dos dirigentes, como forma de moralizar o exercício de poderes de natureza pública. É ainda criado o Comité Paraolímpico de Portugal.

Finalmente, uma Resolução do Conselho de Ministros autoriza a aquisição pelo Instituto do Emprego e Formação Profissional (IEFP) de imóveis sítos no lugar de Felgueiras, freguesia de Sobrado, concelho de Castelo de Paiva, com vista à instalação do CACE do Vale do Sousa e do Baixo Tâmega, de um pólo de formação e de um balcão de atendimento do Centro de Emprego.

A indispensável reforma da Administração Pública

Num país que consome 15 por cento da sua riqueza só a pagar aos seus funcionários públicos (a mais elevada percentagem na União Europeia, a par com a Finlândia), tornar a máquina do Estado mais eficiente, mais leve, mais próxima do cidadão, mais cumpridora, mais adaptada aos tempos modernos arrisca-se a ser a “reforma das reformas”. Muitos dos nossos problemas de produtividade não estão no sector privado nem dependem exclusivamente das leis laborais: estão num sector público que faz os cidadãos e as empresas perder tempo, não lhes responde a horas, complica a vida em vez de facilitar, cria burocracia e vive do exercício de uma miríade de pequenos poderes. E que, para além disso, tem funcionários a mais, em média melhor pagos do que os do sector privado (excepto nos cargos dirigentes), habituados a não correrem riscos e a não serem avaliados pelo seu desempenho - funcionários que em muitos sectores até fariam falta ao sector privado.

Ora se nos recordarmos que a tudo isto ainda acresce o “nó cego” da Caixa Geral de Aposentações, cujo financiamento é insustentável no curto prazo, temos que sem reformar a administração pública não é possível completar três das reformas essenciais de que o país precisa: a consolidação das contas públicas, a flexibilização do mercado de trabalho (público e privado) e a viabilização a longo prazo da segurança social e do sistema de pensões.

/.../ qualquer passo a dar pelo Governo exige coragem e determinação já que terá quase pela frente a oposição dos sindicatos e de todos os que estão interessados em preservar um sistema que, como justamente refere Luis Salgado Matos “dissocia da produtividade o aumento do vencimento” permitindo ora promoções automáticas, ora aumentos automáticos dos vencimentos. É por isso que na administração pública um simples aumento de tabela de 1,5 por cento provoca um aumento de 3,5 por cento no total dos encargos com salários.

São por isso necessárias medidas em muitas frentes /.../ a começar pela área dos recursos humanos. Aí, antes do mais, há que rever de alto a baixo o estatuto remuneratório da função pública, acabando com as progressões automáticas e tornando muito mais exigentes os mecanismos de avaliação. A avaliação também não poderá continuar ser realizada apenas pelas estruturas já existentes, pois estas estão viciadas: só avaliações externas e o recurso a metodologias de comparação de processos (benchmarking) poderão permitir repor ordem num sistema onde todos estão habituados a receber avaliações de “Bom” e “Muito Bom”.

Depois, é fundamental tornar regra no recrutamento de novos funcionários o contrato individual de trabalho, uma reforma amplamente consensual já que também fazia parte do programa eleitoral do PS.

Por fim, o pessoal dirigente terá de ser mais qualificado - o que implica uma maior liberdade na negociação dos vencimentos - e, sobretudo, mais responsabilizável. Terá de haver gestão por objectivos, mandatos limitados no tempo, avaliação externa do desempenho e, até, prémios de produtividade. Em contrapartida terá de ser possível exigir muito mais quer em qualificação, quer em dedicação, quer em independência. Nos patamares superiores da administração é necessário recuperar o conceito de serviço público, premiando os que são capazes de servir o Estado independentemente do Governo do momento.

Tudo isto equivale a introduzir no Estado regras de funcionamento hoje habituais no sector privado, assumindo que é preciso desconstruir a actual rigidez contratual, premiar os melhores e penalizar os que não cumprem /.../

- José Manuel Fernandes, in “O Público”, 22 e 23 de Junho



Convenção Autárquica do Alto Minho

Discutida a acção dos autarcas no modelo de desenvolvimento do Estado

O Auditório do Forte de Santiago da Barra, em Viana do Castelo, revelou-se exíguo para acolher os mais de 600 autarcas do PPD/PSD que quiseram marcar presença na Convenção Autárquica do Alto Minho organizada pela comissão política distrital de Viana do Castelo, na tarde do passado, dia 28 de Junho.

O número de participantes, num Distrito em que o partido tem cerca de 1000 autarcas eleitos, traduz a dinâmica da acção política que vem sendo desenvolvida pela Comissão Política Distrital, liderada pelo Francisco Araújo, como registou José Luis Arnaut, secretário geral do PSD e ministro adjunto do Primeiro Ministro, na sua intervenção de abertura da Convenção.

O Secretário Geral aproveitou a sua intervenção para deixar nota do profundo conjunto de reformas desenvolvido pelo Governo frisando a importância da "matriz ideológica reformista que caracteriza o PSD e os seus governos" em contraste com a apatia e inoperância que se regista com os governos socialistas.

O 1.º painel desta Convenção, moderado por Cabral de Oliveira, presidente da câmara de Ponte da Barca, incidiu sobre "O papel das autarquias no novo modelo de desenvolvimento do Estado" e teve como oradores José Eduardo Martins, presidente da Mesa da assembleia distrital de Viana do Castelo e Secretário de Estado do Ambiente, Miguel Relvas, secretário de estado da Administração Local e Armando Vieira, presidente da Anafre (Associação Nacional de Freguesias).

No termo das intervenções seguiu-se animada troca de ideias, entre os participantes e os oradores, sobre o conjunto de inovadoras propostas implementado pelo Governo também nesta matéria.

No segundo painel, Moderado pela presidente da câmara municipal de Caminha, Júlia Palma, o tema debatido foi "As autarquias e o futuro". Marcantes as intervenções de Jorge Nuno Sá, presidente da JSD e deputado eleito pelo círculo de Viana, de Rui Rio, vice presidente da comissão política nacional e presidente da câmara municipal do Porto, e também de Arménio Pereira, presidente dos Autarcas Social-Democratas e presidente da câmara municipal de Paços de Ferreira.

Após novo período de debate procedeu-se à sessão de encerramento tendo Francisco Araújo, presidente da distrital, realizado um balanço das inúmeras actividades desenvolvidas pela comissão política a que preside reforçando a ideia da necessidade de manutenção da interligação e apoio aos eleitos locais com a apresentação de nova iniciativa dedicada aos autarcas do PSD desta vez com acento na vertente da formação.



O Ministro da Agricultura na primeira pessoa...

«Porque não votei a favor da reforma da PAC, no Luxemburgo»

Tem sido motivo de controvérsia. Tem sido motivo de discussão. Tem sido reprovada e elogiada. Mas a decisão de votar desfavoravelmente a PAC, tomada pelo ministro da Agricultura, Armando Sevinate Pinto, mantendo que, no conjunto, as negociações tinham sido positivas para Portugal, deve ser entendida à luz da necessidade de marcar uma posição para o futuro, de vincar que Portugal quer mais e melhor e lurrá por isso. Como afirmou o Primeiro Ministro, Portugal tem um Ministro da Agricultura de altíssima qualidade, seja profissional, seja pessoalmente.

Sevinate Pinto entendeu vir agora a público, explicar as circunstâncias e os motivos do voto negativo. É um relato pessoal, como poucas vezes temos possibilidade de conhecer.

Com a colaboração do diário "Público", transcrevemos

A Reforma da PAC que não votei, por Armando Sevinate Pinto

Ao fim de três semanas consecutivas de intensas negociações e cerca de um ano depois das primeiras propostas da Comissão Europeia, concluiu-se no dia 26, no Luxemburgo, mais uma importante reforma da PAC, ainda que, por agora, apenas aplicável a algumas das suas componentes, (culturas arvêzes, leite, carne de bovino e de ovino e desenvolvimento rural).

O Ministro da Agricultura votou contra o acordo. Não porque discordasse do conjunto das disposições reformadas e dos resultados globais obtidos, quer pela União Europeia, quer por Portugal, mas por coerência com as posições que assumiu em defesa da chamada quota de leite dos Açores e que não viu totalmente reflectidas no compromisso final. Fi-lo por solidariedade para com os produtores de leite açoreanos e com o objectivo de manter em aberto o capital de queixa da Região Autónoma num sector muito sensível da sua economia.

Interessa contudo dizer que, apesar da posição final portuguesa, até mesmo nesse dossier foi conseguido que o suplemento açoreano de 73.000 ton. de leite se mantenha em 2003/2004 e que, ainda que decrescente até 2005/6, se estabilize, a partir desse ano, em 50.000 ton., transformadas em quota efectiva, até ao fim do regime de quotas.

E porque este ponto tem sido



Os dirigentes do PSD dos Açores (na foto o presidente, Vitor Cruz) seguem com atenção e esperança o trabalho desenvolvido em prol da economia das regiões ultra-periféricas da UE, com destaque para o gado e a produção leiteira.

muito salientado pela oposição, é necessário dizer-se que o Governo socialista nada obteve na última grande negociação da AGENDA 2000, em que vários Estados Membros "se serviram" praticamente à vontade, em matéria de leite. Só mais tarde, o Primeiro Ministro da altura obteve um suplemento temporário de 73.000 ton., sob a forma de franquia, exclusivamente durante 4 anos até 2002/3. Em contraste, o Governo actual obteve a garantia de um suplemento até ao fim do regime de quotas (agora deslocado para 2015).

Além disso, a diferença entre uma franquia e uma quota é muito significativa. Enquanto que para a primeira nunca há a certeza de que possa ser utilizada, para a segunda há a garantia da sua utilização.

Finalmente, enquanto que a anterior franquia, concedida por 4 anos, o foi sob condição de se operar uma reconversão no sector leiteiro dos Açores, agora, a perpetuação das 50.000 ton., enquanto quota, tem em vista a manutenção da produção e uma aposta positiva no sector.

A diferença deveria falar por si e envergonhar os responsáveis de então que agora criticam o Governo. O meu voto desfavorável significa apenas que a minha ambição era, e é, maior do que aquilo que foi obtido. Isso não quer dizer que o que foi obtido não seja muito melhor do que aquilo que o Governo anterior tinha conseguido para os Açores.

Afinal, foi mesmo uma vitória portuguesa

Quanto ao resto do acordo, basta referir alguns dos seus pontos principais para se compreender a extensão da vitória negocial portuguesa.

Em primeiro lugar, apesar de uma ofensiva generalizada dos países ricos e beneficiários da PAC, foi possível manter-se o mecanismo de reforço do desenvolvimento rural, favorável aos países menos prósperos e alimentado através de fundos provenientes de uma penalização nas ajudas ao rendimento (modulação), não aplicável a 96% dos agricultores portugueses.

Em segundo lugar, como corolário de um combate em que me empenhei como um dos seus mais constantes e firmes opositores, foi possível condicionar fortemente a proposta da Comissão Europeia relativa ao desligamento total das ajudas. Essa proposta, que contou com o apoio entusiástico do Partido Socialista, se fosse aplicada, levaria ao abandono e à destruição da agricultura portuguesa. O reconhecimento generalizado, ainda que tardio, do risco de abandono e o acordo obtido, sobre formulas flexíveis de desligamento apenas parcial foi uma vitória retumbante do Governo português e dos agricultores que o apoiaram na sua oposição.

Em terceiro lugar, ao contrário do que sempre disseram os nossos opositores, foi possível aumentar em quase 30% a quota de vacas produtoras de carne com direito a prémio, o que se cifra num aumento líquido de 90.000 vacas, já descontados os direitos ainda disponíveis associados à chamada

(continua na página 11) |||||➔



Lisboa-Faro sem o “barco do Barreiro”

Viagens directas a partir de Julho O TGV é clara prioridade na ferrovia

O ministro das Obras Públicas, Carmona Rodrigues, perto do fim do mês passado, cortou o “nó górdio” da diferença de opiniões entre a administração da CP, que defendia a existência de condições para começar desde já as ligações regulares a diesel, através da Ponte 25 de Abril, sublinhando a importância da supressão do barco face às mais de quatro horas previstas para o trajecto, e a Refer que apontava para o fim do ano a concretização de condições para a ligação comercial, devido às obras ainda existentes no novo percurso Coina/Pinhal Novo, que liga duas linhas já preexistentes.

Daí que a viagem de Carmona Rodrigues entre as estações do Oriente e de Faro não foi considerada uma “inauguração”, mas sim uma “viagem de trabalho”, com paragens nas obras que ainda decorrem em Coina e Funcheira, no Alentejo e durante a qual as duas empresas tentem fazer prevalecer as respectivas posições.

A viagem ministerial, que foi a primeira a ser feita sem transbordo para os barcos do Barreiro, em 114 anos de ligação, saiu de Lisboa às perto das 10 horas da manhã, a bordo de um comboio especial constituído por uma carruagem VIP, uma carruagem

de 1ª classe e uma terceira carruagem, com bar e 1ª classe.

A composição chegou a Faro às 15h20, e seguiu-se uma reunião na sede da AMAL (Associação de Municípios do Algarve), na qual foram apresentados os projectos de modernização ferroviária, do metropolitano de superfície e da ligação a Espanha.

No regresso a Lisboa, Carmona Rodrigues decidiu autorizar a exploração da linha, embora ainda com tracção “Diesel”, a partir de meados do próximo mês, com uma viagem diária de ida-e-volta, que demorará cerca de quatro horas e meia em cada percurso.

As obras de modernização e electrificação da linha, estarão concluídas em Abril ou Maio do próximo ano - antes do Euro 2004, que também terá lugar no Algarve - e a tracção eléctrica permitirá velocidades máximas de 220 quilómetros/hora, levando a tempos de ligação na ordem das duas horas e três quartos.

Nessa altura, o Algarve ficará ligado às cidades de Lisboa e Porto pelos mesmos comboios Alfa-pendular que hoje fazem a ligação entre aquelas duas cidades, em substituição dos Intercidades, que no



Carmona Rodrigues à chegada a Faro, com José Vitorino

ano passado transportaram 260 mil passageiros entre Lisboa e Faro.

Entretanto, em declarações feitas à Imprensa no passado dia 28, na ocasião da inauguração do novo “catamaran” da “Soflusa”, que fará as ligações através do Tejo, entre Lisboa e o Barreiro, o Ministro afirmou que o Governo deverá

apresentar o plano de traçado e execução do transporte ferroviário de alta velocidade em Setembro próximo.

Carmona Rodrigues adiantou ainda que o TGV é a grande prioridade do Governo para os

(continua na página 12) 

“A reforma da PAC que não votei” (conclusão)

◀ (continuação da página 10)

reserva específica (o direito limitado de trocar unidades pecuárias por hectares de culturas arvenses, obtido em 1992 e para o qual ainda existia um efectivo residual).

Esta quota suplementar é não só importante em si mesma, porque permite desenvolver o sector bovino produtor de carne (de que nós somos grandes importadores), mas também porque permite uma opção significativa de reconversão das culturas aráveis nas áreas em que as mesmas tenham dificuldades em se manter competitivas, evitando-se assim o abandono.

Em quarto lugar, apesar das propostas de reduções drásticas de preços, foi possível anular completamente ou significativamente essas mesmas reduções.

Em quinto lugar, foi possível manter e melhorar todas as



Sevinate Pinto numa intervenção sobre política agrícola

disposições, (apoios e condicionalidades), que conduzirão à melhoria da qualidade dos produtos agrícolas e ao respeito pela segurança alimentar, pelo ambiente e pelo bem estar animal.

Em sexto lugar, foi possível fazer aprovar um conjunto de disposições de apoio aos jovens agricultores, quer no domínio do investimento, quer no domínio do acesso à actividade e a melhores condições de produção.

Em sétimo lugar, foi possível excluir as regiões autónomas dos Açores e da Madeira, quer do desligamento das ajudas (mesmo que parcial), quer da taxa sobre as ajudas directas a título da modulação.

Em oitavo e último lugar, para além de um aumento do cofinanciamento comunitário no âmbito do Desenvolvimento Rural, que passa de 75% para 85%, as transferências financeiras anuais líquidas, associadas ao acordo, ascendem, em regime de cruzeiro, a

partir de 2006, a 168 milhões de Euros.

Ainda que no acordo conste um conjunto muito mais vasto de outras disposições positivas para a agricultura, são estes os principais aspectos que nos fazem concluir que os resultados globais desta negociação são excelentes para Portugal.

Estou consciente do que digo, estou preparado para o demonstrar em quaisquer circunstância e tenho, por isso, dificuldade em compreender a razão pela qual os meus opositores políticos, investem tanto na tentativa de os minimizar e até de os perverter perante a opinião pública.

Se dúvidas houvesse bastariam as suas reacções para se concluir do mérito dos resultados do acordo e da sua utilidade para os agricultores e para o País.

– Armando Sevinate Pinto, 30-06, “Público”. Subtítulos da responsabilidade da redacção de “Povo Livre”

A Convenção Europeia

Um primeiro balanço dos resultados pelo Professor Ernâni Lopes representante do Governo Português

Quando da inauguração do ciclo de conferências “A Europa do Futuro”, o Professor Ernâni Lopes teve uma intervenção brilhante, falando de improviso sobre algumas notas.

Pedimos-lhe, na altura, que escrevesse especialmente para o “Povo Livre” um artigo sobre o mesmo tema. Ernâni Lopes manifestou a sua concordância ao nosso pedido, mas com uma condição: escreveria depois de terminada a Convenção, para fazer um primeiro balanço. Prometido, cumprido: eis as primeiras reflexões públicas do representante do Governo de Portugal, em exclusivo para o nosso jornal.

No passado dia 20 de Junho, em Salónica, o Presidente da Convenção sobre o futuro da Europa, Valéry Giscard d’Estaing, apresentou aos Chefes de Estado e de Governo o texto da Iª e da IIª Partes do projecto de Tratado Constitucional da União Europeia. A primeira Parte trata da natureza, objectivos, competências e quadro institucional, enquanto a segunda inclui a Carta dos Direitos Fundamentais.

A IIIª Parte, relativa às políticas da União, será ainda objecto de uma análise adicional nas próximas semanas, devendo ser apresentada, em conjunto com a IVª Parte (disposições gerais e finais), à Presidência italiana em meados de Julho.

Este texto, que resulta da leitura que Valéry Giscard d’Estaing efectuou de cerca de um ano e meio de debates, inclui 460 artigos, distribuídos pelas quatro partes.

O resultado da Convenção servirá agora de base para a Conferência Intergovernamental (CIG), que começará em Outubro e terá a última palavra sobre as alterações aos Tratados.

Após o que se seguirão as ratificações pelos Estados-membros (nessa altura já 25), grande parte deles com recurso a referendos.

Por ocasião do plenário de 13 de Junho, quando decorreu uma sessão solene de encerramento dos trabalhos, tive ocasião de divulgar uma declaração fazendo um balanço da Convenção.

Disse na altura, e reafirmo hoje, que a Convenção obteve resultados muito positivos. Destacaria os seguintes:

- Unificação dos Tratados
- Eliminação da estrutura em pilares
- Reconhecimento da personalidade jurídica da União
- Generalização da co-decisão e simplificação dos procedimentos decisórios, incluindo o procedimento orçamental
- Redução e simplificação dos instrumentos jurídicos
- Consagração do direito de



O Professor Ernâni Lopes, na sua intervenção sobre a Convenção, na abertura das conferências “A Europa do Futuro”

- iniciativa da Comissão como regra
- Aplicação do método comunitário e dos instrumentos jurídicos “comunitários” na JAI
- Reconhecimento de valor jurídico à Carta dos Direitos Fundamentais
- Aumento da transparência na tomada de decisões
- Participação directa dos Parlamentos nacionais na verificação da

- observância do princípio da subsidiariedade
- Criação do cargo de Ministro dos Negócios Estrangeiros da União
- Alguma extensão das matérias decididas por maioria qualificada
- Alargamento da possibilidade de recurso ao Tribunal de Justiça por parte dos cidadãos e das empresas.

(continua na página 13) ▶▶▶▶▶

Sem o «barco do Barreiro»



Um dos novos “catamaran” que vai ser utilizado na carreira do Barreiro

▶▶▶▶▶ (continuação da página 11)

grandes investimentos no transportes, «No nosso entender, o transporte ferroviário de alta velocidade (TGV) merece claramente prioridade”. A construção de uma estação do TGV em Lisboa está em fase de estudo, sendo que o plano a apresentar deverá incluir o traçado, o custo e o calendário de execução. “Penso que em Setembro teremos novidades quanto a esses aspectos. Faltam alguns elementos do estudo que foi feito e penso que Setembro é uma altura em que já teremos uma proposta concreta”, afirmou Carmona Rodrigues.

O ministro referiu ainda que uma terceira travessia, em ponte, sobre o rio Tejo em Lisboa, foi adiada, mas não posta de parte. «A terceira travessia tem de ser feita, mas acarreta a necessidade de investimentos muito grandes», acrescentou, afirmando que “Numa altura em que estamos a aprofundar vários estudos, do TGV, de uma estação de TGV em Lisboa, da rede ferroviária nacional e do plano rodoviário nacional, a terceira travessia não é prioritária, embora não esteja posta de parte” e terá de se basear numa cooperação com privados,

de forma a tornar suportável o custo da obra.

Carmona Rodrigues voltou a afirmar que, no Sul, o eixo ferroviário Sotavento-Barlavento (Lagos a Vila real de Santo António), poderá dar lugar a um metro ligeiro de superfície. Com efeito a linha férrea tem cada vez menos procura, uma vez que muitos dos troços estão afastados dos centros urbanos (o traçado data do tempo em que o turismo de litoral não existia e as povoações maiores se situavam no interior) e estão, além disso, absolutamente necessitado de reabilitação.

“A solução metro de superfície tem, do meu ponto de vista, “pernas para andar” e pode ajudar a retirar o exagerado peso do automóvel dos percursos actuais”.

Já foi dada a autorização para a criação de um grupo de trabalho, que desenvolverá um estudo económico-financeiro da sustentabilidade desta solução, com três meses para apresentar propostas.

Esta solução, de resto, agrada plenamente aos autarcas, que tinham até pedido – à falta de melhor – a reabilitação da linha férrea actual. - LR



A Convenção Europeia (Conclusão)

“Solidificámos um capital de afinidades que poderemos utilizar na CIG em benefício do nosso posicionamento”

◀ (continuação da página 12)

Cumprido o mandato de Laeken

Acredito que a Convenção correspondeu às expectativas e que o mandato definido no Conselho Europeu de Laeken foi cumprido.

Estou persuadido que, caso o Presidente se tivesse limitado a procurar avanços nas áreas-chave do mandato, como a simplificação, a transparência, a eficácia, ou o reforço da legitimidade, poderíamos ter ido ainda mais longe.

Poderíamos ter conseguido mais, por exemplo, na extensão do voto por maioria qualificada, questão que não mereceu um debate tão profundo como merecia.

Não foi possível avançar ainda mais porque se decidiu debater na Convenção a arquitectura institucional da União e os equilíbrios de poder entre Estados-membros e entre instituições.

Debate para o qual o formato da Convenção não parecia adequado e em relação ao qual se utilizou um método bem diverso do utilizado para debater outros assuntos: enquanto as restantes áreas foram objecto de prévias análises aturadas no seio de grupos de trabalho, as instituições foram tratadas em plenário e já depois da clara indicação das soluções preferidas pelo Presidente.

As propostas institucionais que constam do texto apresentado por Valéry Giscard d'Estaing necessitam ainda de ser clarificadas. Não está ainda assegurada, por exemplo, uma cadeia de comando e de coordenação coerente nos vários níveis e nas várias formações do Conselho; a definição da maioria qualificada também não estará ainda finalizada, pois vários Estados manifestaram intenção em voltar ao assunto na CIG, por preferirem a solução consagrada em Nice; a composição do Parlamento Europeu deverá igualmente ser revista, pois o projecto de Constituição prevê uma diminuição do limite mínimo de deputados por Estado-membro (de cinco para quatro), abrindo o caminho a uma redistribuição de mandatos.

O impacto dos novos cargos propostos

O impacto no sistema institucional dos novos cargos propostos - como o Presidente do Conselho Europeu com mandato prolongado e o Ministro dos Negócios Estrangeiros da União - não parece ter sido ainda suficientemente avaliado, pelo que merecerá, por certo, a atenção da Conferência Intergovernamental.

No que se refere às competências, a primeira constatação é que a UE não perdeu qualquer área de acção, não



O professor Ernâni Lopes na mesa dos intervenientes da abertura do ciclo de conferências inspiradas pelo PSD, “A Europa do Futuro”, na qual falou das suas e inspiradas pelo PSD, “A Europa do Futuro”, na qual falou dos trabalhos da Convenção

devolveu quaisquer competências aos Estados. Esta verificação é tanto mais importante quanto sabemos que a reversão de competências era uma das principais reivindicações dos representantes de alguns - e poderosos - governos e de muitos parlamentares nacionais e europeus.

O texto prevê, ainda assim, uma classificação e enumeração que não nos pareceu necessária. Mantém, no entanto, um alargado grau de flexibilidade: primeiro, porque não há uma ligação directa entre uma categoria de competências e um determinado tipo de instrumento jurídico e, em segundo lugar, porque inclui uma cláusula que permite a adopção de medidas que venham a tornar-se necessárias para cumprir os objectivos da União, mesmo que não haja base jurídica específica.

Constante coordenação de posições entre os “like minded”

Devo referir aqui a constante coordenação de posições entre um grupo de governos, que incluía Estados-membros e candidatos, no qual nos integrámos e que, ao contrário de abundantes previsões, se manteve coeso até ao fim, apresentando propostas conjuntas até ao último dia de trabalhos.

O resultado seria, com certeza, muito diferente - para pior - se essa unidade não tivesse sido mantida. Solidificámos aí um capital de afinidades e de consistência nos princípios a aplicar à organização institucional da União que poderá continuar a ser utilizado na CIG, em benefício do nosso posicionamento negocial.

Quanto aos contornos das políticas da União, que constam da Parte IIIª do projecto de Tratado, só depois das

reuniões adicionais da Convenção poderemos ter uma visão mais completa das soluções propostas.

Quero no entanto salientar que propusemos a inclusão do Turismo entre as competências complementares da União Europeia, tendo ainda recentemente reiterado esta posição em conjunto com o representante do governo da Grécia.

Temos igualmente acompanhado, com redobrada atenção, a colocação e redacção do artigo que, substituindo o actual artº 299º, nº 2, consagrará o estatuto da ultraperiferia no novo Tratado Constitucional. Esta base jurídica é um instrumento essencial para promover o desenvolvimento harmonioso das Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira, permitindo ao legislador comunitário ter em conta as suas especiais características.

Uma nota final para exprimir um desejo. Completada a Convenção e a Conferência Intergovernamental que se seguirá, espero que a União Europeia não negligencie um aspecto fulcral para o seu futuro que não foi directamente abordado neste processo de revisão dos Tratados: a reforma do modelo económico e social europeu. Sem esta e mesmo que a arquitectura jurídico-institucional se revele um sucesso, não será possível recuperar o rumo nem obter o equilíbrio interno e a liderança externa que justificadamente se buscam.

De qualquer forma, a premência deste problema colocar-se-á à União com crueza no futuro próximo por via dos dois grandes desafios que irá em breve enfrentar: a negociação das perspectivas financeiras para o período 2007-2013 e o impacto da adesão efectiva dos Estados do Centro-Leste europeu e do Mediterrâneo.

- Ernâni Lopes, Lisboa, 30 de Junho de 2003

NATO prepara comando em Portugal

O presidente do Comité Militar da NATO, general Harald Kujat, desloca-se no dia 10 de Julho a Portugal para visitar, em Oeiras, a sede do futuro Quartel-General Conjunto Ocidental da Aliança Atlântica.

A nova estrutura, que substitui o actual comando regional de Oeiras, vai apoiar forças conjuntas baseadas no mar e terá ainda responsabilidades sobre as áreas do Mediterrâneo e África.

Embora receba algumas atribuições até ao fim do ano, só em meados de 2004 se prevê que o novo comando em Oeiras esteja a funcionar normalmente. Antes é preciso, entre outros aspectos, definir funções, saber quantos efectivos ali vão ficar sedeados e quais as missões específicas de cada um.

Portugal, com as novas responsabilidades, viu aumentado o quadro de pessoal de Oeiras, apesar da redução de 17 por cento dos efectivos globais da nova estrutura de comandos da NATO.

O comando aliado em Portugal deverá ficar concluído no primeiro semestre de 2004, depois de cumpridas as três etapas definidas: a primeira visa estabelecer, até ao final de Julho, o quadro geral de efectivos dos vários comandos da NATO (dois estratégicos, três operacionais e seis de nível tático).

A segunda decorre até Setembro e destina-se a especificar os cargos de oficiais-generais nos vários comandos.

A terceira, até 2004, vai identificar todos os postos orgânicos (do general às praças) da estrutura de 11 quartéis-generais, a que se juntam igualmente quatro Centros de Operações Aéreas Combinadas fixos e também dois centros com capacidade de projecção de acções.

«...é necessária, é urgente e precisa de ter sucesso!»

Está em marcha a mais importante, mais emblemática e talvez a mais desejada e completa das reformas que algum governo de Portugal intentou, não nos últimos anos, mas praticamente desde o século XIX.

Eça de Queiroz, em “Uma campanha alegre” (a sua colaboração nas “Farpas”) tem um artigo magnífico em que avaliava as sucessivas e ineficazes reformas e afirmava que a resistência atávica à mudança fazia com que tais tentativas de “reformular”, acabassem geralmente em fracasso rotundo. Isto, em 1875...

Os tempos são outros. A necessidade absoluta de fazer evoluir a Administração, de responder aos desafios do século XXI e de manter Portugal numa linha de modernidade, única capaz de cumprir os desígnios de

ao seu Governo, aquela cerimónia, dizendo, após os cumprimentos protocolares:

Esta reforma não se faz sem os funcionários; faz-se com os funcionários!

Estou hoje aqui para a apresentação das Linhas de Orientação para a Reforma da Administração Pública.

Decidi que esta divulgação devia ter lugar, em primeira mão, perante os dirigentes da Administração Pública.

Fi-lo de propósito, por duas razões muito simples mas com grande significado: em primeiro lugar, pelo enorme respeito que me merecem todos quantos servem o Estado, trabalhando na Administração Pública; em segundo

pleno século XXI, com a mesma estrutura, basicamente com o mesmo modelo e as regras que já vêm do século XIX.

É certo que ao longo destes anos todos reclamaram a reforma da Administração Pública, muitos a prometeram e foram inúmeros os diagnósticos e os estudos realizados.

Só que não houve a coragem de avançar. E todavia, uma nova sociedade e uma nova economia exigem uma Administração Pública mais competitiva, mais eficiente e mais transparente.

É tempo, por isso mesmo, de não perder mais tempo. É tempo de decidir e de reformar.

Em segundo lugar, esta reforma é urgente. É urgente porque temos de recuperar o tempo perdido. Mas é sobretudo urgente porque, em cada dia

vêm normalmente a sua Administração Pública como mais um empecilho na sua vida. É importante que passem a vê-la como alguém que ajuda e apoia, não como alguém que complica e dificulta as suas vidas.

Reabilitar a noção de Serviço Público

Esta reforma precisa de ter sucesso porque a Administração Pública tem de ser amiga da economia, do empresário, do investidor, de todo aquele que quer investir e criar riqueza no nosso País. O investidor, nacional ou estrangeiro, não pode continuar a falar da nossa Administração Pública como de um calvário por que tem de passar, antes deve vê-la como um parceiro que existe para simplificar e para ajudar.

Mas esta reforma precisa ainda de ter sucesso por uma outra razão particularmente importante – é por causa dos próprios funcionários públicos.

É por causa de todos aqueles que, na Administração Pública tradicional ou nos Institutos Públicos têm a grande honra de servir o Estado. Penso que devemos manifestar o nosso respeito e consideração por aqueles que servem, com isenção e imparcialidade, o Estado. É preciso reabilitar a noção de serviço do Estado, de serviço público.

Tenho para mim que os funcionários públicos são as primeiras vítimas de uma Administração Pública ineficiente.

Eles não são os responsáveis da ineficiência. São vítimas de regras obsoletas, de estruturas ultrapassadas, de leis anquilosadas, de um modelo perfeitamente desajustado aos dias de hoje.

Quantas vezes o cidadão culpa o funcionário público. Quantas vezes é o próprio funcionário público a ser vítima desta situação de desorganização e de caos organizativo. Em boa verdade, a crítica deveria ser dirigida ao sistema labiríntico, burocrático e pesado que começa por complicar a vida ao próprio funcionário público.

Há uma ideia central nesta reforma – a ideia de qualidade

Uma boa Administração Pública – moderna, eficiente e rápida a decidir – estimula e motiva o funcionário, dá-lhe outra realização pessoal e profissional, confere-lhe um estatuto de maior prestígio, respeito e credibilidade.

Também por esta razão é tempo de não perder mais tempo. É tempo de decidir e de reformar. É tempo de iniciar o processo de reforma da Administração Pública. O documento que hoje aqui apresentamos é justamente o ponto de partida para esta reforma.

Agora o tempo é mesmo de avançar.

(continua na página 15) ▶▶▶▶▶



progresso que Durão Barroso incansavelmente propõe a todos os níveis da sua ação, como governante, como líder partidário e como cidadão empenhado, levou à elaboração desta verdadeira e imprescindível reforma.

Os cidadãos esperam-na e exigem-na, os seus critérios anunciados de justiça, independência e eficiência tornam-na bem-vinda pelo próprio funcionalismo a todos os níveis.

Foi com um sentimento de consciência da importância do acontecimento, e ante mais de 700 convidados, praticamente todo o nível superior da função pública, dirigentes sindicais e membros do Governo, que Durão Barroso fez a apresentação da reforma. Um vídeo introdutório iluminou problemas da Administração pública, com algumas imagens fortes de “papelada” a esmo, pilhas amarradas com cordel – o que, infelizmente, é mais vulgar do que possa pensar-se.

O primeiro-ministro levantou-se em seguida para anunciar o que o trazia e

lugar, porque uma reforma desta envergadura não se faz sem os funcionários públicos. Faz-se, sim, com todos os funcionários públicos, com a sua participação, o seu empenho e a sua dedicação.

Agradeço, pois, muito sinceramente, a vossa presença.

A reforma da Administração Pública é necessária, é urgente e precisa de ter sucesso.

Em primeiro lugar é necessária. Já lá vão quase 30 anos sobre o 25 de Abril de 1974. Em três décadas quase tudo mudou. Passámos da ditadura para a democracia, de uma economia protegida para uma economia de mercado, de um País isolado para um Estado membro de pleno direito da União Europeia. Em todos os sectores da sociedade ocorreram mudanças profundas e algumas vezes impressionantes e até o escudo já foi substituído pelo Euro, a moeda única europeia.

Quase tudo mudou. Só a nossa Administração Pública continua, em

que passa, estamos em risco de perder a batalha da competitividade. Portugal está, no seu conjunto, todos os dias, numa competição à escala europeia e à escala global. Numa competição com os seus próprios parceiros.

Todos sabemos que uma boa Administração Pública – flexível, eficiente e rápida a decidir – é essencial para o cidadão e determinante para a economia.

E todos sabemos que os nossos parceiros europeus têm, de um modo geral, Administrações Públicas mais eficientes do que a nossa.

Este nosso atraso não pode continuar.

É tempo, por isso mesmo, de não perder mais tempo. É tempo de decidir e de reformar.

Em terceiro lugar, esta reforma precisa de ter sucesso. Precisa de ter sucesso porque é nossa obrigação ter uma Administração que esteja verdadeiramente ao serviço do cidadão. Justa ou injustamente, os cidadãos



«...são vítimas de regras obsoletas estruturas ultrapassadas, leis anquilosadas.»

◀ (continuação da página 14)

Há uma ideia central nesta reforma – a ideia de qualidade. O País precisa de uma Administração Pública de qualidade. Qualidade para melhor servir o cidadão. Qualidade para melhor apoiar a economia e as empresas. Qualidade para promover a mobilização de energias e a motivação dos agentes do Estado. Qualidade para gerar competitividade. Qualidade que reclame uma gestão por objectivos e a necessidade de apresentar resultados. Qualidade que exija avaliações – dos funcionários, dos dirigentes e dos serviços. Qualidade que postula uma nova organização, uma efectiva capacidade de liderança por parte dos dirigentes, uma aposta na formação e na qualificação dos recursos humanos, na busca do mérito, da exigência e da excelência.

Temos de responder com êxito ao desafio da qualidade.

Se outros, lá fora, têm conseguido ganhar a batalha da qualidade, não há nenhuma razão para que nós, Portugueses, fiquemos atrás.

Fundamental é dotar a Administração Pública das ferramentas modernas e flexíveis que há muito são exigidas e reclamadas.

É o que agora vamos fazer.

Definida a ideia central, esta reforma incidirá, prioritariamente, em três áreas:

a área da Organização;

a área da Liderança e da Responsabilidade;

a área da Qualificação e do Mérito dos nossos Recursos Humanos.

Ao nível da organização há uma ideia nuclear a reter: o novo modelo de organização dos serviços deverá aproximar-se da filosofia do modelo empresarial. É o serviço público; na sua essência é o serviço público – e, repito, é uma honra servir o Estado – mas o método, o modo, a forma e os meios poderão ser crescentemente importados pela cultura de gestão de tipo empresarial, sem prejudicar o objectivo que é – insisto – o serviço público.

Não se trata de privatizar. Trata-se de trazer para dentro da Administração, com as necessárias adaptações, os conceitos, regras e mecanismos que vigoram com sucesso no domínio das empresas.

Assim, o novo modelo de organização deverá traduzir-se na redução dos níveis hierárquicos, na desburocratização dos circuitos de decisão, na radical simplificação dos formalismos legais relativos à criação e alteração das estruturas dos serviços, na colaboração entre serviços, colaboração horizontal entre serviços, na partilha de conhecimentos e informações e numa correcta gestão da informação.

Em vez de silos, mecanismos de rede de comunicação.

Temos de construir um novo modelo de organização da Administração Pública.



É neste quadro de referências que importa encarar, entre outros aspectos, o regime do contrato individual de trabalho.

Ele já existe, pontualmente, de forma casuística e aleatória, na nossa Administração. É um bom caminho a percorrer e a incentivar. Para tanto, carece de regulamentação geral e a sua aplicação será feita, com determinação, mas de forma gradual e selectiva, tendo em atenção, as especificidades das várias áreas da Administração e as necessidades mais prementes a satisfazer.

O plano da liderança é a segunda grande linha de força desta reforma.

Podemos passar a ter uma melhor organização. Mas sem liderança efectiva e responsável, sem dirigentes com reais condições para chefiar, não iremos a lado nenhum.

Gestão por objectivos, mais competência dos dirigentes

Também aqui há uma ideia nuclear que informa esta mudança: a gestão dos serviços passará a ser feita por objectivos.

É a melhor forma de introduzir clareza, ambição e competência na gestão dos serviços públicos. É a aposta na responsabilização e na ética da responsabilidade.

Aos dirigentes serão dadas mais competências de gestão. Serão criados cursos de formação específica para dirigentes, condição obrigatória para o exercício do cargo. Os concursos burocratizados, pesados e demorados acabarão. Hoje perde-se mais tempo a litigar num concurso que a resolver os

problemas concretos dos cidadãos.

Em sua substituição criar-se-á um processo de selecção simples, mas com uma condição essencial – garantir a isenção e a qualidade da escolha.

O estatuto dos dirigentes será aproximado do estatuto do gestor público. E nenhum dirigente verá as suas comissões de serviço renovadas sem uma prévia e positiva avaliação do desempenho da sua função.

Numa palavra: há que liderar, há que responsabilizar. Há que delegar. É um princípio matricial deste projecto reformador.

A aposta no Mérito e na Qualificação é a terceira grande linha de orientação desta reforma.

Aqui, a avaliação é a pedra de toque. Definida que seja uma gestão por objectivos, importa garantir a sua permanente e exigente avaliação. Sem avaliação não é possível premiar o mérito e trabalhar tendo em vista níveis de excelência.

Será, pois, criado um Sistema Integrado de Avaliação do desempenho que envolverá a avaliação individual dos funcionários, dos dirigentes e dos serviços.

A avaliação dos funcionários – da qual dependerá a sua progressão e promoção na carreira – passará a levar em conta, para além dos seus méritos individuais, o grau de realização dos objectivos da sua função.

A avaliação dos dirigentes, como já disse, é não apenas obrigatória e nuclear como, sobretudo, constitui condição indispensável para a renovação das respectivas comissões de serviço.

A avaliação dos serviços e organismos – outra importante inovação – passará também a ser exigida e será realizada, designadamente, por recurso

a entidades externas, nacionais ou estrangeiras.

E tudo isto com uma outra mudança essencial. Passará a ser obrigatória a divulgação pública quer dos relatórios de actividades dos serviços quer os relatórios das respectivas avaliações. Os resultados das actividades dos serviços deverão constar nos órgãos de Comunicação Social.

Os Portugueses têm o direito a conhecer o resultado do investimento que fazem. A regra do segredo vai ser substituída pela exigência da transparência.

Mas há, no que aos Recursos Humanos diz respeito, duas outras importantes inovações:

- a primeira tem a ver com o mérito. Serão fixadas quotas de mérito para as classificações resultantes das avaliações. E acabará a flagrante injustiça que consiste na atribuição, generalizada e sistemática, de notas máximas de desempenho retirando, assim, qualquer efeito útil à classificação.

As classificações têm de deixar de ser um pró-forma. É preciso moralização, rigor e avaliações a sério, única forma de premiar o mérito e buscar a excelência. É uma questão de justiça revermos este sistema de classificação.

- a segunda inovação tem a ver com a formação profissional. Como sabem, foi já eleita a formação profissional, em sede de contrato social para a competitividade e emprego, como a grande prioridade. Mas agora estamos já a aplicá-la no âmbito da Administração Pública, mais concretamente, na Função Pública. A formação profissional será a grande prioridade. Estamos mesmo a propor, em sede de Concertação Social,

(continua na página 16) ▶▶▶

Devem retirar-se todas as virtualidades da Lei da mobilidade dos funcionários

▶▶▶▶ (continuação da página 15)

aos parceiros sociais, ser a primeira prioridade do Quadro Comunitário de Apoio a negociar a partir de 2006.

Formação profissional é outra condição essencial do sucesso da reforma. Temos que saber investir em formação e torná-la o mais possível obrigatória e generalizada. É assim que



mostramos, de forma concreta, o nosso empenhamento nas condições de realização pessoal e profissional dos funcionários públicos. Aceitando, em pleno, na Administração Pública, o princípio da educação e da formação ao longo da vida que é, hoje, conceito universalmente aceite. O Instituto Nacional de Administração, terá um papel a desempenhar neste domínio procurando assegurar a colaboração das universidades e outras entidades com competência nas áreas de formação.

Formação continuada e mobilidade na função pública

Passará a ser exigível que os Planos de Actividades dos Serviços contenham também a previsão de programas próprios e específicos de formação dos seus trabalhadores.

E temos que saber valorizar a polivalência e a disponibilidade para a mobilidade profissional.

Particular importância no desenvolvimento desta reforma tem a questão da mobilidade profissional entre os diferentes serviços da Administração.

Sem isso, qualquer reforma desta natureza ficaria amputada de uma das suas condições essenciais de sucesso.

De facto, a mudança na vida profissional e a transferência inter-serviços deve ser encarada, na perspectiva da racional gestão dos serviços e, pelo funcionário, como uma nova oportunidade de valorização

pessoal.

Neste plano, o Governo já tomou decisões preparando o caminho à reforma hoje anunciada.

A Lei da Mobilidade dos Funcionários, aprovada em Setembro do ano passado, é um passo essencial.

Importa, agora, dinamizar a aplicação prática deste instrumento, retirando dele todas as virtualidades.

se cumprem e que a fiscalização do Estado chega, por norma, tarde e a más horas, para não dizer que muitas vezes nem sequer chega.

Esta situação tem de acabar.

Ora, um Estado moderno deve exercer directamente as suas funções essenciais, não as delegando em ninguém. São soluções indeclináveis do núcleo essencial da soberania do Estado. Mas um Estado moderno deve deixar para outras entidades – privadas ou sociais – o exercício ou a gestão de algumas áreas, sectores ou actividades que por elas melhor podem ser desempenhadas.

Não há que ter medo da iniciativa dos cidadãos, da iniciativa da sociedade civil. Há que saber aquilo que é do Estado e o que é da sociedade.

Temos que ter menos Estado para termos ter melhor Estado.

É o que já está a ser feito na Saúde – com as chamadas parcerias público-privadas – ou na Justiça, com a privatização dos Notários.

Não há que ter medo da iniciativa privada ou social. Ela pode gerir algumas áreas de actividade de forma mais eficaz que o próprio Estado

desconcentração – que já iniciámos - muito pode contribuir para uma relação Estado-cidadão mais funcional e mais saudável.

O cidadão é o grande destinatário desta reforma. Ora o cidadão tem direitos que têm de ser respeitados e garantias que têm de ser observadas.

Hoje há formalidades inúteis que complicam a vida às pessoas. Têm de ser eliminadas.

Hoje há prazos de resposta ao cidadão excessivamente longos. Têm de ser encurtados.

Hoje há prazos para decisão que estão previstos na lei e que a Administração não cumpre. Essa situação tem de acabar.

Hoje, o cidadão tem quantas vezes o direito a ser reparado por actos ou omissões da Administração que ilegítimamente o lesam ou prejudicam gravemente e não vê reparação alguma. Esta situação terá os seus dias contados.

Hoje, o cidadão ainda vê o poder de decisão muito longe de si. Temos que mudar este estado de coisas.

Estes exemplos não são ficção. São, infelizmente, a realidade de todos os dias.

Temos de mudar.

E vamos mudar.

Aprovando um novo conjunto de medidas de descentralização.

Aprovando um Programa de Desburocratização e Simplificação Administrativa.

Aprovando uma nova Lei de Responsabilidade Civil Extra-

Nenhum trabalhador verá os seus direitos afectados. O cidadão tem direitos que têm de ser respeitados

Nenhum trabalhador verá os seus direitos afectados – a começar pelo

Também aqui estamos a caminhar no sentido da modernidade e do futuro. Uma Administração rígida, sem mobilidade interna, não é a Administração moderna que queremos.

Como se organiza o Estado e se relaciona com a Sociedade

Falei-vos, até aqui, da Administração Pública, em si mesma – da necessidade de ser reformada e dos contornos fundamentais da reforma.

Mas é importante uma outra palavra acerca da própria organização do Estado. A questão de como é que se organiza o Estado e a relação do Estado com a sociedade.

Temos hoje um Estado grande demais. Ora, normalmente, um Estado grande é tudo menos um Estado forte e prestigiado.

Temos hoje um Estado que tem a tentação de fazer tudo e de em tudo intervir. Um Estado assim acaba normalmente a não fazer bem o núcleo essencial das suas funções. É o caso, por exemplo, das funções reguladoras e fiscalizadoras.

O nosso Estado é pouco regulador – quando podia e devia ser muito mais. E as funções de fiscalização do Estado – seguramente das mais importantes – acabam normalmente por não serem exercidas ou não o serem a tempo e horas.

Não é por acaso que toda a gente se queixa em Portugal de que as leis não



Durão Barroso com o ministro do Trabalho e Segurança Social

direito ao emprego – mas o Estado ganhará em eficiência e o cidadão passará a ter uma resposta mais rápida e eficaz.

É, também aqui, uma nova visão do Estado, mais moderna e inovadora que, a par da descentralização e da

Contratual do Estado.

Promovendo a revisão do Código do Procedimento Administrativo.

Apostando a sério nas tecnologias de informação – uma das grandes

(continua na página 17) ▶▶▶▶



Uma reforma faseada e calendarizada

◀ (continuação da página 16)

mudanças a fazer – de modo a permitir que a nossa Administração seja orientada para tarefas e resultados, não para processos ou rotinas.

O Portal do Cidadão será a face mais visível do Governo Electrónico. Verdadeira via verde de acesso à Administração Pública, o Portal do Cidadão disponibilizará o acesso aos serviços públicos interactivos em qualquer momento, em qualquer lugar, de forma simples e segura.

A sua criação não é uma miragem. O Portal do Cidadão será lançado já em Dezembro deste ano, disponibilizando pelo menos 50 serviços, 24 horas por dia, 7 dias por semana, tudo em função dos interesses do cidadão ou da empresa.

É assim, com cabeça, tronco e membros, que temos de agir.

Fazendo as leis que são necessárias. Mas sobretudo mudando hábitos, práticas e comportamentos.

É preciso uma nova cultura de gestão que promova uma nova cultura de cidadania. Uma cultura de serviço e de qualidade. A ideia de serviço deve ser a ideia essencial de uma Administração Pública virada para o cidadão e não fechada sobre si própria.

As pessoas – não o esqueçamos – são a única razão de ser do nosso trabalho.

Estas são, nos seus contornos essenciais, as grandes linhas orientadoras da reforma da Administração Pública.

Uma calendarização rigorosa

Uma reforma que é feita por fases. E esta é a primeira fase da reforma.

Este faseamento tem uma razão de ser: não acredito em reformas globais. As reformas globais são normalmente um mito. São geralmente o primeiro passo para não fazer coisa nenhuma. Sabemos isso. Normalmente quando se cria um Ministério para a Reforma Administrativa é a garantia de que não vai haver qualquer reforma administrativa. Ao contrário, a nossa atitude é reformista e gradualista, porque queremos mesmo fazer e reformar.

Esta não é mais uma reforma no papel. Esta é uma reforma para concretizar e levar mesmo à prática.

E a prova provada da nossa determinação está no facto de assumirmos, desde já, um calendário concreto de execução.

Assim:

a) Até 15 de Setembro, serão apresentadas à Assembleia da República as Propostas de Lei relativas à organização da Administração Directa

do Estado, aos Institutos Públicos, ao Estatuto dos Dirigentes e à Responsabilidade Civil Extra-Contratual do Estado;

b) Até 15 de Outubro, serão apresentadas à Assembleia da República as propostas de Lei relativas à Avaliação do Desempenho e ao contrato individual de trabalho;

c) Até 31 de Dezembro, o Governo aprovará, por Decreto Lei, as matérias que são da sua exclusiva competência.

As iniciativas relativas às demais matérias, designadamente a revisão do

mudança, queiram instigar o medo, o boato ou a insinuação.

Por isso, digo já e com muita clareza. Em meu nome pessoal e em nome do Governo, digo já e com muita clareza: vamos mudar a Administração Pública mas não vamos despedir funcionários públicos. Que não venham como de costume lançar o medo sobre os funcionários públicos aproveitando qualquer situação de menor informação.

Esta reforma não tem prioritariamente uma justificação financeira. Ela é feita para modernizar a Administração Pública e não apenas,

assume a responsabilidade de liderar o processo mas está sempre aberto a melhoramentos e aperfeiçoamentos.

Contra esta reforma estarão seguramente alguns profissionais da crítica sistemática e alguns profetas da desgraça. Já é habitual quando se avança com qualquer reforma.

Mas devo dizer com toda a frontalidade: não é sério passar anos e anos a reclamar esta reforma e, quando ela finalmente surge, criticá-la, porque afinal ela vai mesmo ser feita.

Entendamo-nos: Todos sabem que a situação da nossa Administração não é

boa. Mudar é para melhorar.

Manter tudo na mesma não seria apenas manter o que está mal. Seria deixar agravar o actual estado das coisas, porque os outros estão a mudar e a adaptar-se. Com essa situação os Portugueses não se conformam.

Aos Sindicatos, com quem o Governo discutirá lealmente cada uma das leis que serão apresentadas, devo também deixar uma mensagem clara. E além dos dirigentes da Administração Pública convidei também os principais Sindicatos ligados à Administração Pública.

Estamos com total boa fé a discutir e a negociar. Espero que a nossa boa fé seja retribuída. Mas sinceramente não me parece nem sério nem credível que tenham começado já a criticar a reforma ainda antes de conhecerem as suas linhas orientadoras, que só agora dou

ao conhecimento público.

Na política como na vida devem existir regras, lealdade e sentido de responsabilidade. Sob pena de cairmos no descrédito.

Não será essa a nossa atitude.

Termino como comecei. Quis falar em primeira mão aos dirigentes da Administração e através de V. Exas. a todos os funcionários públicos.

É uma questão de respeito por quem fez uma opção de serviço público e dá o seu melhor à causa do interesse público. Ao fim e ao cabo, à causa do interesse nacional, que é isso que estamos aqui a discutir.

Espero de V. Exas. a colaboração para o esclarecimento destas orientações, o contributo para que a informação flua de forma correcta e rigorosa, o apoio que se impõe para uma tarefa que é de inegável relevância nacional.

O tempo que vivemos é de mudança. A mudança é útil, é positiva e é necessária. Não há que ter medo da mudança.

Tenho a certeza – mais do que a esperança – que vamos mudar para melhor, que vamos mudar para competir, que vamos mudar para vencer.

É isso que os Portugueses esperam de nós. Que saibamos construir uma Administração com mais qualidade. Que tenhamos a capacidade de mudar. Que tenhamos a coragem de vencer os desafios do futuro.

Portugal merece bem o nosso esforço.



Código do Procedimento Administrativo e os programas de descentralização e de desburocratização, serão desencadeadas até ao final do ano.

É um calendário exigente, mas um calendário para cumprir.

Esta é também uma reforma que queremos debater com todos, mas em relação à qual não abdicamos de decidir. Este é, a partir de agora, um

tempo de debate. E o Governo não só está aberto ao debate, como o deseja e incentiva.

Mas que fique muito claro: terminado o período de debate público, o Governo tem, não apenas o direito, tem o dever democrático de decidir. É para isso que existem os governos. Para tomarem decisões. Alguém tem de tomar decisões.

E nós não deixaremos de decidir. É para isso que temos um mandato dos portugueses.

Esta é uma reforma séria. Espero, por isso, que o debate se faça com seriedade, com profundidade e sobretudo com responsabilidade.

Estamos abertos às críticas construtivas, às sugestões, às recomendações, às propostas que cada entidade entenda dever fazer. É assim que deve ser.

Mas não pactuaremos com os que, para disfarçarem o seu conservadorismo atávico ou a sua tradicional aversão à

nenhuma mudança, por imperativo de contenção de despesa. Mesmo que o País estivesse financeiramente desafogado – o que não acontece – continuaria a exigir-se esta reforma por razões de cidadania, de competitividade e de modernização.

O Governo assume a responsabilidade de liderar o processo mas está sempre aberto a melhoramentos e aperfeiçoamentos

Mas não fujo a uma questão nuclear: esta reforma é também necessária porque os resultados obtidos, em matéria de eficiência, ficam muito aquém do investimento que, com os seus impostos, os Portugueses fazem na sua Administração.

Esta reforma terá, na sua execução, uma estrutura de acompanhamento. Um Encarregado de Missão, directamente dependente da Senhora Ministra de Estado e das Finanças, e um Conselho Consultivo, directamente dependente do Primeiro Ministro, constituído por personalidades de reconhecida competência e prestígio de cujas sugestões, recomendações ou propostas muito teremos certamente a esperar.

É assim que deve ser. O Governo

As relações entre a Alemanha e Portugal em revisão por Schroeder e Durão Barroso

Na segunda feira o Primeiro Ministro, Durão Barroso, deslocou-se à Alemanha para uma breve visita de trabalho ao seu homólogo germânico, o chanceler Schroeder. Do programa da visita constou também a oportunidade de um encontro com empresários alemães, e reuniões com o presidente do parlamento, Wolfgang Thierse e com a líder da oposição democrata-cristã, Angela Merkel.

Logo após a sua chegada a Berlim, Durão Barroso que estava acompanhado pelo ministro da Economia, Carlos Tavares, almoçou na sede da Câmara de Comércio e Indústria alemã, com representantes de algumas das principais empresas alemãs estabelecidas em Portugal.

No encontro, em que o primeiro-ministro proferiu uma dissertação subordinada ao tema "Portugal e as suas vantagens como destino de projectos de investimento alemães", participaram administradores da Volkswagen, Siemens, Bosch, do Deutsche Bank, do Commerzbank e de operadores turísticos como a TUI e a Olimar.

A Alemanha tornou-se nos últimos anos no principal investidor estrangeiro em Portugal e também no seu segundo maior cliente, absorvendo mais de 20 por cento do total das exportações portuguesas, cifra só superada pela vizinha Espanha.

O turismo alemão para Portugal, que ultrapassou 1,1 milhões de dormidas em 2002, é também considerado um sector cada vez mais importante nas relações comerciais entre os dois países.

Após o almoço, que decorreu sem a presença dos "media", alguns dos participantes disseram à agência Lusa que entre os empresários alemães há um clima de optimismo, como por exemplo o da empresa "Grohe", um grande fabricante de torneiras que já tem uma fábrica instalada em Portugal e cujo responsável para a Europa do Sul disse que "... até 2006 queremos duplicar a nossa produção e vamos ampliar o nosso projecto em Portugal com um investimento de 17 milhões de euros que criará 230 postos de trabalho".

O encontro com o chanceler Schroeder

No seu encontro com o chanceler alemão, Durão Barroso teve ocasião de abordar as questões da futura Constituição Europeia e fazer um ponto de situação sobre a situação política internacional, além duma avaliação do estado actual das relações.

Para o governo português é necessária a clarificação de alguns aspectos, como é o caso das funções do futuro presidente do Conselho Europeu, a adopção do princípio da maioria qualificada nos conselhos de



Durão Barroso e o chanceler alemão recebem honras militares

ministros da União Europeia e a futura composição da União Europeia.

Também a Alemanha se manifestou, no último Conselho Europeu, em Salónica, contra uma revisão global do projecto de Constituição, que já foi entregue aos chefes de Estado e de Governo, e que será debatido a partir de 15 de Outubro.

Durão Barroso sensibilizou ainda o chanceler Schroeder para a questão da nova PAC e o apoio de que Portugal

necessita para melhorar, do nosso ponto de vista, questão das quotas leiteiras para os Açores

Nas declarações à Imprensa, após o encontro, os dois estadistas apareceram singularmente bem dispostos, demonstrando que permanecem unidos no projecto europeu e que as divergências dos últimos meses, na crise do Iraque, não afastaram Portugal e Berlim.

«Entre amigos, tem de ser possível

ter opiniões diferentes, transitoriamente, em algumas questões, sem pôr em causa a amizade», afirmou o chanceler alemão.

Por seu lado, Durão Barroso disse que Portugal tem uma grande dívida de gratidão para com a Alemanha, pela ajuda recebida após a instauração da democracia, em Abril de 1974, e durante o processo de adesão à União Europeia.

«Portugal e a Alemanha estão unidos num grande projecto europeu, e há uma convergência fundamental em relação aos objectivos de uma Europa mais unida no futuro» sublinhou o primeiro-ministro português.

A Constituição Europeia foi um dos principais temas em cima da mesa, até porque o texto começa a ser debatido já a partir de 15 de Outubro, na Conferência Intergovernamental.

Durão Barroso defendeu que a reabertura do projecto entregue pela Convenção chefiada por Giscard D'Estaing iria atrasar o processo, mas que isso era inevitável pois "existem alguns pontos por limar".

Como é sabido, Portugal pretende melhorar alguns aspectos institucionais, como as funções do futuro presidente do Conselho Europeu e a adopção do princípio das decisões por maioria qualificada nos conselhos de ministros da UE.

– Fonte: Lusa e "Público"

Morais Sarmiento preconiza entidade reguladora para a televisão

Na passada quinta feira, o ministro da Presidência, Nuno Morais Sarmiento, numa entrevista ao primeiro canal da RTP, defendeu quinta-feira à noite a criação de uma entidade reguladora que defina o que é o serviço público de televisão.

Nessa entrevista, na qual fez várias referências à necessidade de regulação da televisão pública, Morais Sarmiento opinou que a entidade reguladora deve ser independente do governo. Por outro lado, acrescentou, devem ser evitados "modelos de terceiro mundo" de representação proporcional de partidos.

Na entrevista, Morais Sarmiento negou que o governo pretenda regressar à taxa de televisão, afirmando a aprovação da proposta que não há uma segunda taxa, mas apenas a actualização da actual taxa de radiodifusão, o que não acontece há vários anos.

O ministro defendeu que a RDP deve e pode administrar-se com menos dinheiro do que utiliza actualmente, sendo possível transferir, da sua recita proveniente da taxa, 20 milhões de euros para a RTP.

Ainda relativamente à taxa, esclareceu que esta tem, como base tributável o consumo doméstico de energia eléctrica, mas, segundo o Governo, os consumidores "em posição socialmente mais frágil são isentos de contribuição".

Além da actualização da taxa, o "pacote legislativo" que a autorizou prevê também o alargamento da emissão das estações de televisão privadas às ilhas, ficando a SIC e a TVI com um prazo máximo de 90 dias para assegurar a sua distribuição gratuita para os Açores e a Madeira.

O processo de avaliação na RTP

Após a entrevista, Morais Sarmiento falou com a porta-voz da Comissão de Trabalhadores da RTP, ante a qual desvalorizou a contestação ao processo de avaliação aos funcionários, que ali decorre, porque tem "a certeza do bom critério da administração" da estação pública de televisão.

"Estas avaliações são instrumentos de gestão para que uma administração tome as suas decisões. O que importa é termos a certeza que as toma de uma maneira correcta e atendendo à situação das pessoas, que é o que tem feito", disse o ministro à Comissão de Trabalhadores e aos jornalistas presentes, após a sua participação no programa "Grande Entrevista".



Ministro dos Assuntos Parlamentares

Primeira reflexão na Assembleia sobre a reforma da Administração

Dois dias depois da apresentação, pelo Primeiro Ministro, das grandes linhas da Reforma administrativa, da qual se espera uma mudança fundamental na administração pública, há tantos anos desejada e nunca conseguida, o ministro dos Assuntos Parlamentares, falando na sessão plenária da Assembleia da República, no período anterior à Ordem do Dia, fez à Câmara a seguinte comunicação:

O Primeiro Ministro apresentou antontem publicamente as linhas de orientação da Reforma da Administração Pública, sobre a qual esta Assembleia vai ter que se pronunciar ao longo dos próximos meses. É justificada, por isso mesmo, uma primeira reflexão sobre a matéria.

O modelo de Administração Pública que temos é, ainda hoje, o que foi construído no tempo do Estado Novo. Em democracia, durante quase 30 anos, praticamente tudo mudou em Portugal. No Estado e na sociedade. Só a Administração Pública continua igual ao passado. Intocada no seu modelo, completamente desfasada da realidade de hoje.

Ao longo das últimas décadas houve, é certo, várias tentativas de mudar e reformar. Porém, exceptuando algumas medidas avulsas e pontuais, tudo no essencial se manteve na mesma. Este é, por isso mesmo, em democracia, o primeiro projecto global de reforma da Administração Pública. Um projecto com cabeça, tronco e membros. Um projecto de reforma só possível por três razões: porque há estabilidade política; porque há visão estratégica; porque há finalmente, vontade e coragem para fazer, para mudar e para reformar.

Esta reforma tem três objectivos essenciais: servir o cidadão; facilitar a vida às empresas; apostar na dignificação e motivação dos funcionários públicos. Tudo com uma preocupação central – a preocupação da qualidade. Servir o cidadão é o objectivo nuclear desta reforma.

Primeiro, porque a Administração Pública existe para servir o cidadão. Essa é a sua grande razão de ser. Segundo, porque o cidadão tem direitos perante a Administração Pública que têm de ser realmente respeitados. Terceiro porque é tempo de terminar com o calvário de burocracias excessivas, de formalidades inúteis, de exigências absurdas, de prazos de resposta não respeitados, tudo obstáculos e dificuldades que complicam e às vezes tornam numa verdadeira dor de cabeça a vida do cidadão.

Facilitar a vida às empresas é outro objectivo essencial. A Administração Pública tem de ser amiga das empresas,

não pode ser adversária da economia. Para um empresário, para um investidor, a nossa Administração Pública é um verdadeiro labirinto; lidar com ela torna-se um completo pesadelo.

Há que simplificar, agilizar e modernizar. Apostar na dignificação e motivação dos funcionários públicos é outro objectivo central. Ao contrário do que se pensa, os nossos funcionários públicos são, também eles, vítimas da estrutura administrativa obsoleta e ultrapassada que temos. Temos uma Administração que não estimula o funcionário, não distingue a qualidade, não premia o mérito. Por isso dizemos com muita clareza: esta reforma não se faz sem os funcionários públicos e muito menos contra os funcionários públicos; faz-se com os funcionários públicos, com o seu empenho, a sua dedicação, o seu sentido de responsabilidade.

Há três linhas orientadoras desta reforma: organização, liderança, qualificação e mérito. Temos que mudar a organização que existe. E aqui a ideia central da mudança é clara – o novo modelo de organização deverá aproximar-se da filosofia do modelo empresarial.

Não se trata de privatizar. Trata-se, sim, de trazer para dentro da Administração conceitos, regras e mecanismos que vigoram com sucesso na vida das empresas. Assim, haverá redução dos níveis hierárquicos, simplificação dos processos de decisão, desburocratização das estruturas dos organismos, partilha de conhecimentos e de informação entre serviços, incentivo ao recurso ao contrato individual de trabalho.

Efectiva liderança e responsabilidade na gestão dos serviços

Temos que ter efectiva liderança e responsabilidade na gestão dos serviços. E aqui a pedra de toque essencial é esta: a gestão dos serviços passará a ser feita por objectivos. Mais liberdade e maior responsabilidade para quem dirige. Este é o caminho a prosseguir.

Os dirigentes terão, por isso, mais competências de gestão e o seu estatuto



será mesmo aproximado do estatuto do gestor público; os dirigentes serão, em contrapartida, avaliados e responsabilizados pelos seus resultados. É assim que deve ser. Temos que apostar na qualificação e no mérito. Neste particular, há uma ideia central da reforma – a avaliação. Sem avaliação não é possível premiar o mérito, muito menos perseguir a excelência.

A avaliação dos funcionários passará a ser condição indispensável para a sua progressão e promoção na carreira; a avaliação dos dirigentes será condição essencial para a renovação das respectivas comissões de serviço; a avaliação dos serviços – uma das maiores inovações – passará a ser obrigatória e realizada designadamente, por recurso a entidades externas, credíveis e exigentes.

É assim, com organização eficiente, com liderança eficaz, com responsabilidade efectiva, com formação adequada e generalizada, com avaliações permanentes, exigentes e públicas, com uma forte aposta no mérito e uma preocupação constante pela qualidade que havemos de construir a Administração Pública moderna e competitiva do futuro.

É isso o que os Portugueses merecem. É para isso que pagam os seus impostos. O anúncio desta reforma, antontem feito pelo Primeiro Ministro, mereceu um aplauso generalizado. Era difícil, de resto, ser doutra forma. A verdade é que todos reconhecem que a situação é má e todos, ao longo dos anos, reclamaram esta reforma.

Registo, aqui, pelo seu particular significado, o sinal positivo de abertura ao compromisso e ao consenso expresso

públicamente pelo líder do Partido Socialista. É importante que assim seja. Ao dar esse sinal, o PS veio reconhecer que se trata de uma reforma estruturante, de uma reforma que verdadeiramente está para além dos governos e é, na prática, uma questão essencial de regime.

Reformas desta natureza são, de facto, reformas de gerações e do seu sucesso depende, em muito, o sucesso de muitas outras reformas e o próprio desenvolvimento mais acelerado do País.

O Governo espera e deseja, por isso mesmo, que a abertura e disponibilidade manifestadas pelo maior Partido da oposição se traduza, na prática, num consenso alargado em torno da execução e desenvolvimento desta reforma.

Que o espírito de abertura de hoje não se transforme em tentativa de obstrução no futuro. É isso o que os Portugueses desejam. Estamos, pela nossa parte, abertos e disponíveis. Com uma condição. O tempo, agora, é mesmo de fazer. A reforma é mesmo para realizar. O calendário definido é mesmo para cumprir.

Daqui até ao final do ano temos de aprovar leis essenciais à concretização da primeira fase desta reforma. São leis particularmente importantes.

O calendário é apertado e exigente. Estou certo que o Parlamento compreende a urgência e não regateará a sua colaboração. É que 2004 tem já de ser o ano da aplicação prática da reforma. É que 2004 tem de ser já o ano da mudança. É isto o que os Portugueses esperam de nós. É isto o que o interesse do País o exige. É tempo de fazer. É tempo de não perder mais tempo.



Encontro de encerramento da Sessão Legislativa do Grupo Parlamentar do PSD

O Grupo Parlamentar do PSD teve o seu habitual encontro de encerramento da presente sessão legislativa na passada quinta-feira, no auditório do chamado “Edifício Novo”.

O encontro começou pelas 19 horas e estiveram presentes, além dos deputados eleitos pelo PSD e de Guilherme Silva, líder da bancada, Mota Amaral, na dupla qualidade de Presidente da Assembleia e de Deputado PSD, o ministro dos Assuntos Parlamentares, Marques Mendes, a Ministra das Finanças e finalmente o Primeiro Ministro, José Manuel Durão Barroso, que fez o encerramento do encontro, num improviso caloroso, que foi longa e entusiasticamente aplaudido, pelos que representam, na casa matricial da vida política portuguesa, os valores, os ideais e os propósitos social-democratas.

Fez a abertura o Presidente do Parlamento, que destacou a importância da Assembleia da República na vida de Portugal, desenvolvendo o tema da afirmação institucional daquele órgão de soberania, a sua missão de regulador da organização do Estado através das Leis e da sua tarefa de vigilância sobre a forma como o exercício do poder que o Povo delegou nos seus eleitos, é praticado sem desvios e com a elevação que todos esperamos.

O balanço do trabalho da sessão legislativa, coube ao líder da bancada, Guilherme Silva, numa intervenção reflectida mas também emotiva, afirmando:

Guilherme Silva faz o balanço do trabalho do Grupo e elogia o Executivo

Senhor Presidente da Assembleia da República, senhor Primeiro-Ministro, senhor Ministro dos Assuntos Parlamentares, senhoras e senhores Deputados

Ao aproximarmos-nos do final desta primeira sessão legislativa da IX Legislatura, era indispensável reflectirmos sobre um ano de intenso trabalho parlamentar em que todos estivemos envolvidos. E daí este nosso encontro.

As minhas primeiras palavras são dirigidas a si Senhor Primeiro-Ministro.

Esta sessão legislativa veio confirmar e consolidar o sentimento que V. Exa. transmitiu aos portugueses desde os primeiros meses da sua acção governativa.

E esse sentimento que os portugueses interiorizaram tem a ver com a sua coragem política e com o superior sentido de Estado e de total entrega à causa pública, que o caracterizam.

Coragem que tem estado bem praticada nas mais importantes decisões

demonstrar o acerto da sua opção e a sua capacidade de subtrair o Estado português, em particular na delicada vertente da sua representação e intervenção externa, às querelas partidárias, às manifestações de rua e às pressões mediáticas.

Mas a mesma coragem vem V. Exa. revelando no conjunto de reformas que o seu Governo está a implementar.

E neste particular atrevo-me a salientar que V. Exa., nesta época de crise da democracia representativa e

Democracia, ter concretizado, em tão curto espaço de tempo, um tão vasto conjunto de reformas, como as que vêm sendo levadas a cabo pelo XV Governo Constitucional a que V. Exa. preside.

Permita-me que pelo seu particular significado e pelo cepticismo que se instalou na sociedade portuguesa, quanto à sua concretização, mercê de sucessivas promessas incumpridas, salientando apenas duas ou três dessas reformas.



políticas que tem sido chamado a adoptar em circunstâncias tão difíceis quanto complexas e com implicações tão sensíveis quanto delicadas.

Mas V. Exa. não tem hesitado e tem sabido identificar, como ninguém, o interesse nacional e, conseqüentemente, o melhor para Portugal e para os portugueses.

Permita-me que, entre outras, saliente, aqui e agora, a decisão que em nome do Governo português tomou relativamente à questão do Iraque.

A esta distância tudo parece ter sido fácil. Mas sabemos bem, quanto difícil foi, na altura, manter um rumo, perante ruídos, pressões e incompreensões, assegurando, com firmeza, o que se traduziu numa posição digna e solidária de Portugal, na defesa de valores fundamentais como a Liberdade, a Democracia e a Paz e Segurança Internacionais.

Portugal fez ouvir a sua voz. Portugal marcou a presença que lhe competia e os factos vieram a

das instituições, introduz na prática política algo de novo, de exemplar, de pedagógico e de dignificante do nosso regime.

É que não sendo V. Exa. dado a promessas, assumiu, no entanto, responsabilidades compromissos.

Desde logo, os que resultam da confiança que os portugueses em si depositam e nas suas propostas, por via do voto livremente expresso, e que ficaram consignadas no Programa de Governo, que apresentou, nos termos constitucionais, à Assembleia da República e que mereceu a confiança do Parlamento.

Nenhum Governo /.../ de Democracia concretizou /.../ um tão vasto conjunto de reformas

Refiro-me à circunstância de nenhum outro Governo, nos vinte e nove anos que levamos de

Refiro-me à Reforma da Tributação do Património tantas vezes prometida e outras tantas adiada.

Refiro-me ainda ao Código Laboral, onde se havia cristalizado uma simbiose de legislação vinda do regime corporativo com outra produzida pelo estatismo Gonçalvista, que se tornara intoleravelmente má e ultrapassada para os trabalhadores e para os seus direitos e um entrave à produtividade e competitividade, que a globalização cada vez mais exige às nossas empresas e à nossa economia.

Refiro-me, por último à Reforma da Administração Pública. Trata-se, não apenas de uma das reformas com uma carga e um simbolismo mais expressivos, como se trata de uma reforma de fundo essencial para a modernização do País e para a nossa recuperação económica.

A Administração Pública atravessa transversalmente a sociedade, e a sua actual ineficácia



Encontro de encerramento da Sessão Legislativa do Grupo Parlamentar do PSD

repercute-se, negativamente, em vários sectores de actividade, comprometendo, muitas vezes, o sucesso de outras reformas sectoriais. Trata-se, pois, de uma reforma

da instituição parlamentar.

O Grupo Parlamentar do PSD orgulha-se do seu exemplo e do seu trabalho e do seu empenho na incessante procura das melhores

iniciaram nesta Legislatura, rapidamente superou a menor experiência de alguns, pela sua excepcional qualidade, pela renovação que isso importou e pelo

forças políticas, têm sido tratadas, sem o diálogo e o debate interno que seria desejável.

Refiro-me, por exemplo, à questão da criação de novos Concelhos, bem como à Reforma do Sistema Político.

São matérias que, pelas razões referidas, a Direcção e eu próprio, temos de tratar, com a Direcção do Partido, muitas vezes, com curteza de tempo e com as limitações que as múltiplas e absorventes tarefas e deslocações do Primeiro-Ministro e Presidente do Partido impõem.

Agradeço, pois, a forma disciplinada como o Grupo Parlamentar e os Senhores Deputados têm acatado e compreendido tais situações, que procuraremos, na medida de quanto esteja ao nosso alcance, tenham carácter excepcional.

Senhor Primeiro-Ministro
Senhoras e Senhores Deputados
Este ano e esta sessão legislativa revelaram bem que hoje na sociedade portuguesa, nós, os partidos que integramos a maioria que apoia o Governo, somos e protagonizamos o progresso e a renovação. Os partidos da Oposição, que enquadram a esquerda tradicional, são hoje o que há de mais conservador na sociedade portuguesa.

A vontade de renovar, o progressismo moderno porque nos batemos, o compromisso com a mudança, com as reformas e com a inovação é algo que incomoda as forças à nossa esquerda.

Só nós temos coragem para mudar o que está e se tornou inadequado. Só nós temos a coragem de apostar em soluções imaginativas e inovadoras. E é, por isso, que, hoje, os sectores mais dinâmicos da sociedade civil estão conosco. Podem discordar aqui ou ali, desta ou daquela solução em concreto, mas reconhecem a



com vantagens acrescidas que ultrapassa a máquina administrativa e os serviços que a integram.

Os principais vectores que inspiram esta reforma, como seja a qualidade, a simplificação, a desburocratização, a gestão de serviços por objectivos, a aposta no mérito, na qualificação e na competência, constitui uma revolução, no bom sentido, e corresponde a uma visão de quem governa, não a pensar em sondagens e em eleições, mas a pensar nas futuras gerações.

Mas a coragem de V. Exa. não tem a ver apenas com o conteúdo das reformas e a prontidão com que são apresentadas.

A coragem de V. Exa. e do seu Governo tem a ver com a circunstância de não hesitar perante os interesses instalados, avessos às mudanças e que, a todo o custo, na defesa de alguns, se opõem e tudo fazem para impedir as novas soluções, que melhor satisfazem o interesse geral.

Uma palavra agora de especial saudação ao Senhor Presidente da Assembleia da República, nosso companheiro e deputado, Dr. Mota Amaral.

Não me canso de repetir e de chamar a atenção para as dificuldades e delicadeza das suas funções, ciente de que quanto melhor for o seu desempenho, melhor será a imagem do Parlamento e maior será a nossa satisfação e regozijo pelo seu sucesso.

A Presidência da Assembleia da República, por parte de V. Exa., tem sido largamente reconhecida, dentro e fora do Parlamento, como particularmente digna e prestigiante

soluções para o aperfeiçoamento da actividade parlamentar e para a eficácia dos serviços da Assembleia.

Impõe-se-me, em meu nome pessoal, em nome da Direcção e de todo o Grupo Parlamentar, uma palavra de especial reconhecimento ao Senhor Ministro dos Assuntos Parlamentares pela disponibilidade que sempre tem para a articulação entre o Grupo Parlamentar e o Governo e pelo apoio que tem dado na organização dos debates e nos demais trabalhos parlamentares em que, ao longo da sessão, quer no plenário, quer nas comissões, foram necessários acertos com o Governo e com o nosso parceiro de coligação. Aproveito, aliás, para saudar o Grupo Parlamentar do CDS/PP, na pessoa do seu Presidente, Deputado Telmo Correia, pela cordialidade e pelo esforço convergente, e recíproco, que temos feito para assegurar a sintonia indispensável ao funcionamento estável da maioria. Como agradeço a forma amistosa como fui recebido, como Presidente do Grupo Parlamentar do PSD, nas Jornadas Parlamentares do CDS/PP, nos Açores.

Um grande orgulho no Grupo Parlamentar

Por último (mas aqui como na Bíblia, os últimos são os primeiros) uma palavra para os Deputados do Grupo Parlamentar do PSD. Tenho um grande orgulho no Grupo Parlamentar e em todos os Deputados que o integram.

Como tenho dito noutras ocasiões, o Grupo Parlamentar do PSD, ao integrar muitos Deputados que se

facto de não terem vícios que, infelizmente, com o tempo temos toda tendência a adquirir.

Queria, pois, expressar a todos os Senhores Deputados, sejam os que integram a Direcção, sejam ainda os que presidem às Comissões ou coordenam os seus trabalhos e a todos os demais, o meu agradecimento e o meu reconhecimento pela sua colaboração e empenho nos nossos trabalhos. Aos que estão no Governo e aos que, por lá passaram e



regressaram ao Parlamento, cabe-me expressar a nossa gratidão pelo seu desempenho e pelos sacrifícios que sabemos lhes é, ou foi, exigido no exercício de funções governativas.

Gostaria, aliás, de, nesta oportunidade, registar a compreensão que o Grupo Parlamentar sempre tem tido e manifestado para o facto de algumas matérias, pelo seu melindre e pela envolvente negocial com outras

mudança que nós representamos e com que se identificam.

Temos toda uma esquerda no Parlamento que se une, como frente, na tentativa de tudo atrasar com incidentes regimentais e alegadas inconstitucionalidades. Numa palavra, uma esquerda, que tudo faz para impedir a mudança.

A imagem de marca que os Grupos Parlamentares à nossa esquerda deixaram ao longo desta sessão

Encontro de encerramento da Sessão Legislativa do Grupo Parlamentar do PSD

legislativa, inclusive o maior partido da Oposição, é a dos profissionais da crítica, a dos profetas da desgraça.

Trata-se de uma atitude de obstrução às reformas, próprias dos zangados com a vida. Fazem política com azedume, com nostalgia, a pensar no passado e a ignorar o futuro.

Esta sessão legislativa foi também marcada por alguns acontecimentos que, sendo aparentemente perturbadores, revelam que a Justiça e os órgãos de investigação criminal estão a funcionar. Como revelam que ninguém está acima da lei.

Confirmou-se que não há

psicológica, como se tem visto, não me tem faltado!

Já quanto à imagem, receio bem que o Prof. Rebelo de Sousa, porventura sem querer, possa estar a pôr em causa a segurança do emprego do Zeca Mendonça!

Depois de férias cá estaremos

necessária articulação com os diferentes membros do Governo, a fim de estabelecermos um conjunto de iniciativas que caberá ao Grupo Parlamentar desencadear na próxima sessão legislativa, sem conflitar ou sobrepor-se à iniciativa própria do Executivo.

Far-se-ão também os ajustamentos necessários a nível das Comissões Parlamentares.

Continuaremos empenhados na Reforma do Sistema Político e lideraremos, articuladamente com a Direcção do Partido, o processo de Revisão Constitucional, em que teremos de dar a necessária atenção às Regiões Autónomas, onde aliás, teremos, após as eleições europeias, o nosso primeiro combate eleitoral. Estou certo de que esse combate vai levar o nosso companheiro Vítor Cruz à presidência do Governo Regional dos Açores e que o PSD, mais uma vez, assegurará a continuidade de governo, na Região Autónoma da Madeira.

Mas há uma questão, Senhor Primeiro-Ministro, para a qual queria pedir-lhe, na linha do que já fiz no passado, a sua particular atenção. Refiro-me à elaboração do PIDDAC para 2004.

Nenhum de nós quer privilégios ou favoritismos, ou, menos ainda, alterar as grandes linhas de orientação da política económica.

Mas é importante que o PIDDAC de 2004 não tenha a mesma filosofia do de 2003.

Compreendemos que 2003, e as suas circunstâncias, impuseram um PIDDAC de continuidade. Um



São especialistas da política adjectiva, das tricas, das querelas processuais, das questões de forma. Primam pela sua aversão à mudança e pela intransigente preocupação de manter tudo como está. São os conservadores!

Uma Esquerda que continua a lamentar o Muro de Berlim e a rever-se em Fidel Castro

E de tal modo estão perdidos e baralhados que já não se entendem. E, por isso, assistimos ao espectáculo de ver a esquerda parlamentar, a esquerda partidária às turras com a esquerda folclórica do fórum social. E essa também é uma outra esquerda que se revela contra a democracia representativa em troco de uma auto-designada “democracia participativa”, que se representa apenas e só a si mesma e que, por isso, tem uma aversão ao voto popular. É a esquerda que continua a lamentar a queda do muro de Berlim e a rever-se em Fidel Castro.

Senhor Primeiro-Ministro

Como vê não nos faltam estímulos para continuarmos a trilhar o caminho, que traçou e em que o acompanhamos.

Pelo contrário, é preciso não abrandar o ritmo. É preciso, sobretudo aprofundar este ímpeto e esta tendência reformadora.

Vamos para férias satisfeitos e com a consciência do dever cumprido.

Tem sido um esforço muito grande mas compensador. Os portugueses merecem-no e merecem ainda mais.

insubstituíveis e que as instituições estão muito para além e acima das pessoas.

Deus saberá a razão de tanto alarido à volta de rotineiras e comuns substituições e nomeações.

Aprendemos todos com Sá Carneiro, Cavaco Silva e agora com V. Exa. Senhor Primeiro-Ministro, que os princípios, os valores e as questões institucionais fundamentais prevalecem sobre o politicamente correcto, o mediaticamente mais apetecível ou o popularmente mais aplaudido.

Por isso, enquanto líder parlamentar do maior partido que apoia o Governo, não tenho abdicado de me bater para que os Deputados do PSD, em circunstância alguma, possam ser discriminados ou tratados de forma diferente dos demais.

Como me tenho oposto, e continuarei a opor-me, a que as questões da ética sejam instrumentalizadas na luta político-partidária ou utilizadas como arma de arremesso político.

À Assembleia da República caberá encontrar, no quadro próprio do seu funcionamento, o registo certo e adequado no seu relacionamento com os demais órgãos de soberania.

A correcção do Governo, pelo respeito e cooperação que V. Exa. tem para com a instituição parlamentar, são um bom exemplo para ser tido em devida consideração.

Segundo terá dito o Prof. Marcelo Rebelo de Sousa “para se triunfar na política são precisas três coisas: capacidade física, resistência psicológica e imagem”

Capacidade física e resistência

com a mesma vontade e a mesma determinação.

Naturalmente que também cometemos erros e tivemos algumas falhas, mas daí tiraremos as lições bastantes para, a nível do Governo e da maioria parlamentar,



aperfeiçoarmos procedimentos e melhorarmos os nossos desempenhos.

Acentuaremos na próxima sessão, a iniciativa legislativa do Grupo Parlamentar

Assumimos intencionalmente algum apagamento em matéria de iniciativas legislativas para priorizar o necessário espaço para as iniciativas do Governo.

Temos agora de acentuar, na próxima sessão, a iniciativa legislativa do Grupo Parlamentar. Já pedi aos Vice-Presidentes da Direcção, a

PIDDAC condicionado pelo anterior governo.

Mas o PIDDAC de 2004 tem de ser de mudança.

Peço o seu empenho e intervenção para que, na concretização desta filosofia de mudança, os Deputados da maioria, e em particular os Deputados do PSD, sejam ouvidos, porque, sendo Deputados nacionais, não deixam de representar as populações locais e estão identificados com os problemas e as prioridades dos seus círculos e articulados com os autarcas dos seus distritos.

Senhor Primeiro-Ministro



Encontro de encerramento da Sessão Legislativa do Grupo Parlamentar do PSD



O tempo é de desafios. O tempo é de trabalho. Pode V. Exa. estar certo de que o Grupo Parlamentar do PSD integra mulheres e homens que não resignam perante as dificuldades, que não cruzam os braços. Pode contar connosco para trabalhar, ainda com mais afinco e convicção, no futuro. Dentro do Parlamento e fora dele. Continuaremos com o mesmo empenho nas causas parlamentares e intensificaremos os nossos contactos com a sociedade civil que, com tanto sucesso, já iniciámos e vimos desenvolvendo.

Com a sua liderança e com estes Deputados, com o seu Governo e com esta maioria, estamos no caminho certo. No caminho do futuro. No caminho da vitória. Não de uma vitória apenas sua. Não de uma vitória pertença da maioria. Numa vitória que é de Portugal e dos portugueses. Connosco Portugal vai ganhar o futuro!

Quando Guilherme Silva acabou de ouvir os aplausos ao seu discurso, foi a vez de Luís Marques Mendes, o Ministro dos Assuntos Parlamentares, que tem acompanhado permanentemente os trabalhos da Assembleia e que, institucionalmente, faz a ligação entre o Governo e o Parlamento, de fazer um breve improviso, no qual salientou a forma de trabalho de constante cooperação entre o Governo e o Parlamento.

Salientou as constantes presenças de Ministros e Secretários de Estado, quer em Comissões quer no plenário e destacou a comparência do Primeiro Ministro, que - para além de debates a que é chamado - vem uma vez por mês, "religiosamente", como já foi dito, discutir os mais importantes assuntos da Nação com os Deputados, prestando-se às perguntas da Oposição e dando conta do andamento do Executivo, no seu trabalho.

A intervenção de Durão Barroso

Encerrou o encontro, a que se seguiu um jantar de confraternização, o Primeiro Ministro, que também de improviso, agradeceu aos deputados do PSD e ao seu líder, o trabalho que têm vindo a efectuar ao longo do ano, trabalho que, para ser profícuo, é duro e difícil "às vezes", disse, "é muito

ingrato ser-se deputado da Maioria. Isso, porque nós gostamos do combate. E a verdade é que não temos tido adversários à altura desse combate. E isso é causa de alguma frustração"

Mais adiante, afirmou: "...não houve um caso, uma falha, de falta de solidariedade entre os dois partidos que constituem a coligação, não houve uma falha de solidariedade entre o Governo e os partidos que o apoiam, o que constitui um

País já não tinha desde 1995. Tinha uma visão táctica, de curto prazo, mas não uma visão estruturante. Deu alguns exemplos, como o da questão do Iraque, em que seria muito mais fácil concordar com vozes alheias, mas que agora se compreende que foi o caminho certo e que reúne, neste momento, consenso geral. Também essa visão se reflecte na forma como conduzimos as negociações europeias, afirmando as nossas posições e tomando decisões cuidando que sejam correctas e não apenas populares, como se verificou com o nosso voto negativo - o único negativo - na PAC, que salvaguardou o capital de reivindicação futura dos Açores. Embora, no geral, os resultados tenham sido muito bons para Portugal.

Deu depois de conta aos deputados dos resultados desta negociação da PAC, o que foi conseguido para o nosso país (*leia o artigo escrito pelo Ministro da Agricultura, noutra local deste número - N.º da Rdçç.*), incluindo os montantes líquidos de apoios e transferências, que excedem largamente valores anteriores e proporcionalmente mais elevados do

do Trabalho, que vai entrar em vigor, assim acabando «com tabús e mitos que vinham da época revolucionária»; e a reforma da Administração Pública «a que já chamam "a reforma das reformas" e contra a qual temos de esperar a luta das forças do imobilismo e do conservadorismo».

Lembrou que os conflitos de ideias, a coragem de ir ao debate democrático, de o desejar mesmo, de dizer a verdade aos portugueses, são fundamentais para a criação de um novo espírito de confiança e de afirmação de Portugal.

Fez também algumas considerações sobre a melhoria já apercebida na situação económica, afirmando que o pior já passou e que os próximos anos serão de franca melhoria.

Ora, após estes desafios e estas lutas árduas «...não estamos cansados. Pelo contrário, à medida que governamos e vemos resultados, sentimo-nos mais fortes.»

Afirmou que, à falta de uma oposição «que nos estimulasse» temos de ir buscar forças a nós próprios, à



património extraordinário de confiança e estabilidade para o País".

Chamou depois a atenção para o que considera serem os grandes trunfos para o combate da Maioria e do Governo, na tarefa de dirigir o país e que são, estabilidade, visão estratégica e coragem para reformar e para governar.

Desenvolveu depois estes temas, lembrando o valor duma maioria estável na projecção da imagem dum governo que pode tomar decisões mesmo quando estas são difíceis e não está condicionado pelo curto prazo.

A estabilidade é um bem precioso para as pessoas, que podem olhar para o seu futuro e prepararem-se, pois sabem quais as linhas que a governação vai seguir.

Afirmou em seguida a existência de uma visão estratégica, algo que o

que os recebidos por outros países. Citou números, zonas de acção e tipos de actividade, no campo da agricultura e em todos o nosso país saiu beneficiado, numa posição mais forte do que antes, mas - lembrou - "conseguimos os nossos objectivos, mas numa Europa a 25, isso vai ser cada vez mais difícil e não o podemos esconder ou negar. Temos é de nos unir, de nos congregar e não nos perdermos em polémicas estereis".

... essencial preparar o Estado para as lutas que aí vêm!

É essencial preparar o Estado para essas lutas e a esse propósito lembrou três médias importantes que temos vindo a tomar. A primeira, a reforma da tributação do património; o Código

vontade de fazer, aos grandes exemplos da nossa História...».

É dos Deputados que o Governo espera estímulo, crítica construtiva, em suma, o verdadeiro espírito do PSD, permanentemente insatisfeitos, reformistas por convicção e por vocação. E se assim for, se mantivermos estes princípios, esta convicção, este empenhamento, estaremos aqui, daqui a um ano, para comemorarmos novas vitórias para a nossa maioria, para comemorarmos, acima de tudo, novas vitórias para Portugal".

Assim terminou este encontro, a que se seguiu o habitual jantar de convívio de fim de sessão legislativa.



DISTRITAL DA AML

Nos termos dos artigos 37º e 39º dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia Distrital da AML do PSD, para reunir, em sessão extraordinária, no próximo dia 7 de Julho de 2003 (segunda-feira), pelas 21h30, no Auditório da Sede Nacional do PSD, sito na Rua de S. Caetano nº 9, com a seguinte

- Ordem de Trabalhos
1. Informações;
 2. Análise da situação política.

SANTO TIRSO

Ao abrigo dos Estatutos e do Regulamento do Partido, convoca-se a Assembleia de Secção de Santo Tirso para reunir no próximo dia 18 de Julho de 2003 (sexta-feira), pelas 21h00, na sede concelhia, sita na Rua Dr. Carneiro Pacheco, Centro Comercial Carneiro Pacheco, 1º piso, Loja 5, em Santo Tirso, com a seguinte

- Ordem de Trabalhos
1. Aprovação das contas referentes ao ano de 2002;
 2. Análise da situação Político/Partidária.

FIGUEIRA DA FOZ

Ao abrigo do que estipula o art.º 51º dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se todos os militantes para uma reunião plenária, que terá lugar na Sede da secção, sita na Rua da Liberdade nº6, na cidade da Figueira da Foz, pelas 21h30 de sexta-feira, dia 11 de Julho de 2003, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

Ponto único: Análise da situação Política.

Nota: Se na Hora Marcada não estiverem presentes metade e mais um dos militantes, a reunião iniciará-se à meia hora depois, com qualquer número.

PAÇOS DE FERREIRA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção para reunir no próximo dia 08 de Julho de 2003 (terça-feira), pelas 21h00, na sede do PSD, sita na Avenida dos Templários em Paço de Ferreira, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

Ponto único: Análise da situação política.

UISEU

Nos termos dos artigos 50º e 51º dos Estatutos Nacionais do Partido

Social Democrata, convoca-se a Assembleia da Secção de Viseu, para uma reunião ordinária a realizar no Solar dos Peixotos, no dia 12 de Julho de 2003, com início às 21h00, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

1. Informações;
2. "Alargamento e Construção Europeia", com a participação do Companheiro Carlos Miguel Coelho, Ilustre Deputado Europeu do PSD.

Nota: Nos termos do nº2 do art.º 66º dos Estatutos Nacionais do PSD, a Assembleia de Secção poderá deliberar 30 minutos após a hora fixada para o início dos trabalhos com qualquer número de presenças.



CASTRO DAIRE

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, convoco o Plenário da Secção de Castro Daire, para uma reunião a realizar no próximo dia 05 de Julho de 2003 (Sábado), pelas 14h30, na Sede do PSD de Castro Daire, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

Ponto Único – Eleições dos Órgãos da Secção de Castro Daire.

Nota: As listas deverão ser entregues ao Presidente da Mesa de Secção, ou a quem estatutariamente o substitua, até às 24horas do dia anterior ao acto eleitoral, na Sede Concelhia da JSD de Castro Daire.

CONSELHO DISTRITAL do PORTO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, convoca-se o Conselho Distrital do Porto, a ter lugar no próximo dia 13 de Julho de 2003, em Vila do Conde, pelas 17:00h, no Hotel Santana, com a seguinte

- Ordem de Trabalhos
1. Informações;
 2. Votação da criação de novos núcleos;
 3. Análise da Situação Política actual;
 4. Outros Assuntos.

ABRANTES

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, e nos termos do Regulamento

Eleitoral para os órgãos Distritais e Locais da JSD, convoca-se o Plenário de Secção de Abrantes, para reunir no próximo dia 5 de Julho de 2003, pelas 20h00, na Sede da Secção do PSD de Abrantes, sita na Rua de S. Pedro, com a seguinte

Ordem de trabalhos:

* Eleição da Comissão Política de Secção;

NOTA:

As listas deverão ser entregues em duplicado até às 24horas do dia anterior, ao Presidente da Mesa do Plenário ou a quem ao abrigo dos Estatutos o possa substituir, na Sede do PSD de Abrantes.

As listas deverão ser acompanhadas dos respectivos termos de aceitação de todos os candidatos.

As urnas estarão abertas das 20h30 às 21h30

NÚCLEO RESIDENCIAL do VIMEIRO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, convoco todos os militantes do Núcleo Residencial do Vimeiro, para um Plenário de Núcleo Eleitoral, a realizar na Sede do PSD de Alcobaça, Rua Professor Joaquim Vieira Natividade, no dia 21 de Julho de 2003 (Sábado), pelas 21h00, com a seguinte

Ordem de trabalhos:

Ponto Único – Eleição dos Órgãos do Núcleo Residencial do Vimeiro: (Mesa do Núcleo Residencial do Vimeiro, Comissão Política do Núcleo Residencial do Vimeiro)

NOTA:

De acordo com o Regulamento Eleitoral para os órgãos locais da JSD, as urnas permanecerão abertas durante uma hora. Das 21h00 até às 22horas.

As listas deverão dar entrada na Sede (acima referida), e entregues à Mesa do Plenário de Secção de Alcobaça, até às 24h00 do dia anterior.

VENDAS NOVAS

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, convocam-se todos os militantes da Secção Concelhia da JSD de Vendas Novas, para o Plenário de Secção a realizar na Sede Concelhia do PSD, no próximo dia 5 de Julho de 2003 (Sábado), pelas 18h00, sita na Rua Joaquim de Mendonça, n.º 25, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

Ponto Um: Informações;

Ponto Dois: Análise da Situação Política;

VILA REAL

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, convoca-se o Plenário de Secção de Vila Real, para reunir no dia 10 de Julho de 2003

(Quinta-feira), pelas 21h30, na Sede Concelhia, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

- 1- Eleição para Comissão Política de Secção;
- 2- Eleição para a Mesa do Plenário;
- 3- Eleição para os delegados ao Conselho Distrital;
- 4- Outros assuntos

NOTA:

As listas deverão ser entregues 24h00 do dia anterior ao acto eleitoral.

As urnas estarão abertas das 22h00 às 23h00.

MAFRA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, convoco o Plenário de Secção de Mafra, a realizar no próximo dia 11 de Julho de 2003, pelas 21h30, a decorrer nas Instalações da Sede de Secção da JSD de Mafra, (Terreiro D. João V, n.º 66- 2.º 2640-492 Mafra, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

- 1- Análise da Situação Política;
- 2- Apresentação de um Regulamento para o Futuro CMJ.
- 3- Apresentação e aprovação do Núcleo da Malveira.
- 4- Outros.

PORTO

Ao abrigo dos Estatutos e demais regulamentos, convocam-se os militantes do Concelho do Porto da JSD, para um plenário de Secção, a realizar no próximo dia 10 de Julho de 2003, 5º feira, pelas 21h30, na sede Concelhia da JSD/Porto, sita na Rua Pinheiro Manso, nº305, com a seguinte

Ordem de Trabalho

Ponto único: Análise da situação política.

PORTO

Ao abrigo dos Estatutos e demais regulamentos, convocam-se os militantes do concelho do Porto da JSD, para um plenário de Secção, a realizar no próximo dia 19 de Julho (sábado), pelas 18h00, na sede concelhia da JSD/Porto, sita na Rua Pinheiro Manso, nº305, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

Ponto I – Eleição da Comissão Política de Secção;

Ponto II- Eleição da Mesa do Plenário Concelhio

Nota: As urnas estarão abertas das 18h00 até às 22h30. As listas candidatas deverão ser entregues no dia anterior às eleições até às 24h00, na sede concelhia da JSD/Porto.



www.jsd.pt

Estes são tempos tradicionalmente dedicados a exames e frequências. Seria de esperar, numa altura como esta, que a actividade política da JSD registasse um abrandamento. Mas trata-se da JSD e isso está um pouco longe de acontecer. A agenda da CPN, as actividades das distritais e secções não denunciam a "quadra" que atravessamos.

Mas bem sabemos que os estudos não se compadecem com as tarefas partidárias e, quando o calendário de exames apertar, todos temos consciência para onde deve a balança pender...



Jovens mais envolvidos com a sociedade

Jorge Nuno Sá debate Sistema Político em Abrantes

A convite da Comissão Política Distrital da JSD de Santarém, o Presidente da JSD esteve presente em mais um debate em torno da Reforma do Sistema Político.

Esta tem sido uma temática mobilizadora dos quadros de toda a Jota, envolvendo a estrutura como há muito não se via. O encontro teve lugar no passado dia 21 de Junho, em Abrantes, numa organização conjunta da Comissão Política Distrital e do respectivo Gabinete de Estudos.

Coube ao Eurodeputado e Presidente da CPD/PSD-Santarém, Carlos Coelho, a abertura dos trabalhos, lançando ideias para aquilo que pode, e deve ser, um debate produtivo nesta matéria. Seguiu-se o Prof. Doutor Jorge Bacelar Gouveia, que deu uma perspectiva constitucional das questões que envolvem a reforma, sem deixar de abordar de forma pragmática os principais problemas do actual sistema democrático e apontando alguns caminhos para a sua solução.

A duração, limitação e reformulação dos mandatos políticos, e outras questões bem controversas foram o tema da alocução de Rui Gomes da Silva, Deputado à Assembleia da República, ao qual se seguiu o Secretário de Estado da Administração Local. Com efeito, Miguel Relvas defendeu que, antes da reforma do sistema político, será essencial levar a cabo uma reforma do território, bem como dos próprios partidos políticos, sendo essa a tônica em que terão de assentar grande parte das preocupações.

Por último, o líder da JSD, Jorge Nuno de Sá, para além de deixar o seu depoimento pessoal enquanto Deputado, não deixou de levantar questões importantes para o debate, abrindo caminho para a equação de alguns problemas, como a importância dos referendos e a necessidade de aumento da participação política dos cidadãos nos actos eleitorais.

Encerrando os trabalhos, o Presidente da Distrital anfitriã, Pedro Reis, evidenciou o papel que a JSD, e as juventudes partidárias em geral, devem assumir na escolha e formação dos seus quadros, para que haja um aumento da qualidade e credibilização daqueles que exercem cargos políticos.

No seguimento de uma iniciativa parlamentar dos Deputados da JSD, a CPN emitiu recentemente uma nota onde dava conta de alguns dos princípios que norteiam a Juventude Social Democrata no tocante à solidariedade e ao voluntariado jovem. O Projecto de Resolução "Programa Especial de Voluntariado Jovem na Saúde", é uma aposta nesse sentido e todos aguardamos a sua melhor sequência.

«A participação solidária dos jovens em acções de interesse social e comunitário promove uma afirmação de cidadania plena e responsável. É uma prática privilegiada de realização pessoal e social.

A JSD apresenta hoje na Assembleia da República um projecto de resolução recomendado ao governo a instituição de um programa de voluntariado na saúde.

Agora que se aproxima uma época de férias apelamos aos jovens portugueses a participação em projectos de voluntariado.

Reveste-se de especial importância o papel do voluntariado no processo de humanização da sociedade, bem como o reforço de laços de solidariedade e entreajuda.

Os jovens são uma alavanca fundamental neste processo. Com o voluntariado para o Euro 2004, sendo um exemplo de mobilização, começa-se a construir de facto uma rede de voluntariado em Portugal.

Vindo de encontro aos anseios da JSD, o Governo vem encarando o voluntariado de forma séria e estruturada, dando passos firmes no sentido correcto.

Começa a existir reconhecimento social e público desta ajuda desinteressada, afastando a ideia daqueles que só querem colar a Juventude a aspectos negativos da sociedade, e ao egoísmo e isolamento dos tempos modernos.

Em suma, pretende-se uma maior humanização da sociedade preconizada por uma juventude mais solidária.»

Jorge Nuno Sá encontra-se com dirigentes da Associação Nacional de Jovens Empresários

O Presidente da JSD foi um dos visitantes de honra da Feira do Empreendedor, que tem estado patente em Évora. Organizada pela Associação Nacional de Jovens Empresários (ANJE), a Feira recebeu Jorge Nuno Sá no passado dia 29 de Junho, bem como outras individualidades da região.

Durante a visita, houve lugar uma interessante troca de impressões acerca do actual estado da economia portuguesa, tendo o Presidente da JSD ouvido os anseios e preocupações dos responsáveis da ANJE ali presentes.

Esta iniciativa esteve a cargo da secção da JSD de Évora, que aproveitou a presença do líder da CPN para promover um jantar-convívio de militantes e lançar mais um número do seu boletim informativo.

IV Acampamento Distrital da JSD/Viseu

Depois de Sernancelhe, Tondela e Santa Comba Dão a Comissão Política Distrital da JSD/Viseu promove, no final do próximo mês, um mega acampamento, desta feita a realizar em S. Pedro do Sul.

O evento, que tem como objectivo proporcionar uma pausa saudável na actividade política dos quadros e militantes de base da JSD, terá lugar nos próximos dias 25, 26 e 27 de Julho, no Parque de Campismo de Serrazes, em S. Pedro do Sul (perto das termas).

Das várias propostas lúdicas, poderão os campistas escolher entre Peddy Paper Nocturno, Jogos Tradicionais, Rappel e Slide Paintball.

As inscrições devem ser efectuadas até ao 20 de Julho (preço: 8 euros), junto da CPD/JSD-Viseu.

Conselho Distrital Temático em Fafe:

Superior em Debate

A Comissão Política Distrital de Braga da JSD promoveu sexta feira dia 27 de Junho, no Estúdio Fénix em Fafe, um Concelho Distrital Temático com a presença do Secretário de Estado do Ensino Superior, o Professor Doutor José Manuel Paixão e o Presidente da Comissão Política Nacional da JSD, Jorge Nuno Sá.

A iniciativa também contou com a presença do presidente da CPD/Braga do PSD, José Manuel Fernandes e os Deputados do Partido eleitos pelo Círculo de Braga.

A CPN/JSD



Jogos Olímpicos de 2004

Carlos Coelho apoia regime derogatório à emissão de vistos

O Deputado do PSD **Carlos Coelho** apoiou, no Parlamento Europeu um projecto de Regulamento que prevê um **regime derogatório à emissão de vistos aos membros da família olímpica que irão participar nos Jogos Olímpicos de Atenas, 2004.**

Para Carlos Coelho, “o objectivo deste Regulamento é facilitar a tarefa do Estado Membro encarregado de organizar os próximos Jogos Olímpicos, a Grécia, ao mesmo tempo que lhe permite respeitar os compromissos assumidos por força da Carta Olímpica.

São previstas derrogações temporárias a determinadas disposições do acervo comunitário em matéria de vistos, com alcance limitado, proporcionais, de ordem



técnica e justificam-se pelo carácter excepcional do acontecimento”.

Carlos Coelho sublinha que **“os membros da família olímpica que, por razões de nacionalidade, estejam sujeitos**

à obrigação de visto continuam a ter essa obrigação. Apenas se pretende facilitar os processos de introdução do pedido e a forma como o visto é emitido (devendo ser apenas transmitida, pelo Comité Organizador, uma lista de pessoas participantes, aos serviços competentes para emissão de vistos na Grécia), não existindo qualquer colisão com os princípios essenciais, nem com as normas de segurança do espaço Schengen (as autoridades gregas devem verificar se todas as condições estão preenchidas antes do visto ser emitido)”.

O Deputado social democrata lembra ainda que “é a primeira vez que os Jogos Olímpicos terão lugar no território dum Estado Membro, desde a criação do espaço Schengen e sua integração no âmbito da União”.

Joaquim Pisscarreta defende medidas para melhorar aplicações de Fundos Estruturais

O Deputado do PSD **Joaquim Pisscarreta**, num debate no Plenário do Parlamento Europeu, considerou **“muito negativo” o balanço de aplicação dos Fundos Estruturais** e identificou uma série de problemas “*neste instrumento tão crucial para a redução das desigualdades de desenvolvimento regional*”.

Joaquim Pisscarreta salientou que, “por diversas razões, todas elas mais inaceitáveis umas que as outras, **uma excessiva percentagem dos fundos disponíveis ficam por utilizar**, entre 30 e 60% consoante os fundos ! Felizmente, disse, Portugal apresenta uma taxa de utilização relativamente boa dos mesmos.

Este balanço identifica as razões desta má aplicação, acusando tanto a Comissão Europeia como os próprios Estados Membros, beneficiários destes fundos : falta de transição entre programações, atrasos na execução e na apresentação de projectos, insuficiência de coordenação e opções de planificação erradas.

Apresenta ainda soluções que, ao meu ver, deverão ser integradas aquando da revisão intercalar dos fundos, tais como : simplificação dos processos, acompanhamento da utilização dos fundos, clarificação das responsabilidades dos intervenientes, sanções em caso de incumprimento de calendário e fraude”.

Joaquim Pisscarreta apoiou **“medidas transitórias para as regiões que ao se enquadrar actualmente no objectivo 1, se arriscam a perder essa qualidade devido ao efeito estatístico resultante da entrada de países mais pobres”** e congratulou-se com o facto da Comissão Europeia “*ter mostrado sensibilidade face a esta injustiça*”.

Sérgio Marques questiona Comissão Europeia sobre a Participação das Regiões Ultraperiféricas no 6º Programa Quadro de IDT

O Deputado social democrata **Sérgio Marques** interrogou em Bruxelas, a Comissão Europeia sobre **“quando e como pretende a Comissão propiciar uma participação efectiva e activa das Regiões Ultraperiféricas no sexto Programa-quadro de IDT**, uma vez que é conhecida a grande importância de dinamizar a investigação, o desenvolvimento tecnológico, a demonstração e a inovação nestas regiões, promovendo a sua participação efectiva nas actividades do Espaço Europeu de Investigação”.

Sérgio Marques pretende ainda que a Comissão Europeia diga se “a assistência técnica na apresentação de projectos, o apoio na formação de parcerias e a criação de critérios de avaliação adaptados à situação particular das Regiões Ultraperiféricas são algumas das medidas necessárias e o que pensa a Comissão fazer neste campo”.

Sérgio Marques lembra que “a Comissão Europeia no seu Relatório

de 2000 sobre as medidas destinadas a dar cumprimento ao artigo 299/2 do TCE subscreve a proposta de dinamização dos domínios estratégicos de desenvolvimento apresentada pelas Regiões Ultraperiféricas (RUP), em 1999, salientando a necessidade de desenvolver estratégias que possibilitem a optimização da participação das RUP nos Programas-quadro de IDT. Também na Comunicação de Outubro de 2001, sobre a Dimensão Regional do Espaço Europeu de Investigação, a Comissão sublinha ser sua prioridade o reforço da investigação, o desenvolvimento tecnológico e a estratégia de inovação nestas regiões”.

O Deputado do PSD sublinha ainda que “o sexto Programa-quadro de IDT prevê no seu considerando 14 que a participação das RUP nas acções comunitárias de IDT deverá ser facilitada através de mecanismos adequados adaptados à sua situação especial. Encontra-se idêntica previsão no considerando 9 do regulamento que estabelece as regras



da sua execução e nos considerandos 10 e 11 dos programas específicos que o põem em prática. Apesar disto, a UE ainda não adoptou qualquer medida para pôr em prática o alcance e conteúdo destes considerandos”.



Comércio de Emissões aprovado no Parlamento Europeu

O Parlamento Europeu deu hoje, em Estrasburgo, luz verde à Directiva sobre Comércio de Emissões ao aprovar, por larga maioria, o Relatório do Deputado do PSD Jorge Moreira da Silva.

O PE subscreveu, assim, o compromisso alcançado na passada semana entre Jorge Moreira da Silva e a Presidência grega do Conselho, evitando a fase de conciliação.

O debate sobre esta Directiva, que durou mais de dois anos, foi envolto em grande polémica pela contestação aberta à Directiva da parte dos deputados e dos Governos alemão, inglês, italiano e espanhol. A circunstância de o acordo político proposto por Moreira da Silva ter sido aprovado por unanimidade no Conselho e por uma larga maioria no Parlamento foi considerada surpreendente e permitiu-lhe receber, durante o debate, rasgados elogios da parte da Comissária Wallström e de todos os grupos políticos. O mesmo tinha já sucedido no momento da aprovação do acordo no Conselho na passada semana.

Um novo paradigma - A economia do carbono

Jorge Moreira da Silva considerou que “com a aprovação da versão final da Directiva do Comércio de Emissões nasce um novo paradigma económico e ambiental na UE - a Economia do Carbono. A tonelada de carbono terá uma cotação no mercado e quem for capaz de produzir o mesmo com menos emissões de dióxido de carbono vencerá.

O Sistema Europeu de Comércio de Emissões arrancará em 2005 e englobará mais de 10 000 empresas europeias do sector da energia e da indústria correspondentes a mais de 46% de todas as emissões europeias de dióxido de carbono”.

Moreira da Silva sublinhou que “este sistema vai, pela primeira vez na União Europeia, utilizar um mecanismo de mercado para resolver um grave problema ambiental (as Alterações Climáticas) e permitirá, por um lado, corrigir, já a partir de 2005, a situação de autêntica derrapagem dos compromissos de Quioto na maioria dos Estados-membros e, por outro, reduzir fortemente os custos de implementação dos compromissos assumidos pela União Europeia em



Quioto. Estima-se que esta redução dos custos seja da ordem dos 35%, correspondendo a uma economia de mais de 1.300 milhões de euros, por ano, até 2010, na UE.

O compromisso com o Conselho

O acordo político sobre a Directiva do Comércio de Emissões, que alcancei com a Presidência Grega, acrescentou Jorge Moreira da Silva, que foi ratificado por unanimidade no Conselho, a 25 de Junho, e hoje aprovado no Parlamento Europeu tem um enorme valor político:

Em primeiro lugar, evita o procedimento de conciliação e, por essa via, o provável adiamento do arranque do sistema de 2005 para 2006. Tendo os planos nacionais de alocação de estar prontos em Março de 2004, uma longa conciliação com o Conselho poderia arrastar a solução até ao início de 2004, reduzindo o tempo de adaptação dos Estados-membros e das empresas a este sistema e podendo mesmo pôr em causa a data do seu arranque.

Em segundo lugar, o acordo integra as principais emendas propostas, desde o início, pelo Parlamento Europeu e que vinham sendo rejeitadas pelos Governos e pela Comissão Europeia. Com a inclusão dessas emendas o mercado europeu de emissões tornou-se:

§ do ponto de vista ambiental mais ambicioso - mais sectores e mais gases cobertos, metas quantificadas de redução, aplicação do princípio do poluidor pagador por via do leilão e limitação do uso de créditos resultantes de projectos realizados fora da UE no sistema;

§ do ponto de vista económico mais eficiente - com a forte limitação do opt-

out de instalações, será maior a liquidez do mercado e menor o preço da tonelada de carbono;

§ com menores riscos de distorção da concorrência”.

Em terceiro lugar, credibiliza a liderança política da EU no momento em que procuramos convencer a Rússia a ratificar o Protocolo de Quioto para que este possa entrar em vigor. No fundo, a EU está, por via da acção, a ser consistente com o seu discurso político”.

O Deputado social democrata destacou “as principais vitórias alcançadas pelo Parlamento Europeu na versão final da Directiva:

1. Definição de um tecto nacional dos direitos de emissão convergente com os objectivos de Quioto. Garante-se assim a obtenção de um objectivo quantificado de redução das emissões a obter através do sistema - isto é, metade do esforço global para cumprir Quioto na União Europeia - e evita-se o risco de atribuição excessiva da parte de alguns países.

2. A cláusula de exclusão temporária será aplicada a instalações mas não a sectores. Assegura-se assim o equilíbrio do mercado interno, a eficiência ambiental e, principalmente, a liquidez do sistema. Se o opt-out de sectores fosse aprovado estariam criadas as condições para a saída de um grande número de empresas alemãs e inglesas (potencialmente vendedoras de direitos de emissão), reduzindo a liquidez do sistema e aumentando o preço da tonelada de carbono, com prejuízos óbvios para Portugal e para todos os Estados potencialmente compradores.

3. Alargamento do sistema, no quadro da revisão da Directiva, a outros sectores nomeadamente os transportes e a indústria química e do alumínio

4. Inclusão do leilão, ainda que de forma não harmonizada, no método de atribuição dos direitos de emissão já a partir do primeiro período (máximo de 5% no primeiro período e de 10% no segundo período). Este método híbrido harmonizado tem vantagens consideráveis, em comparação com o método de atribuição totalmente gratuita (proposto pela Comissão Europeia) não apenas porque assegura a aplicação progressiva do princípio do poluidor pagador mas, em especial, porque conduz a uma

menor distorção da concorrência, ao reconhecimento do mérito das empresas que realizaram reduções das emissões durante o início da década de 90 e a uma melhor performance económica do sistema.

5. A interligação dos créditos resultantes de projectos CDM e JI será possível mas limitada de forma a não substituir a prioridade que deve ser dada às reduções de emissões a realizar no interior da UE. Não faz sentido cumprir o Protocolo de Quioto na UE à custa de reduções das emissões feitas apenas fora da UE.

6. Introdução de uma cláusula de opt-in que permite aos Estados-membros alargar o sistema a outras instalações e actividades para além das estipuladas pela Directiva no seu Anexo 1.

7. Alargamento, ainda que a título voluntário, do sistema a outros gases com efeito estufa, para além do dióxido de carbono”.

Impacto da Directiva em Portugal

Jorge Moreira da Silva afirmou que “esta Directiva vai impor reduções vinculativas aos sectores da indústria e da energia em todos os Estados-membros mas não dispensa a introdução imediata de medidas nos sectores não cobertos pela Directiva, nomeadamente o sector dos Transportes onde se prevê que as emissões venham a aumentar em 112%, em Portugal, nos próximos 10 anos”.

Recorde-se que, de acordo com o Protocolo de Quioto, Portugal poderia aumentar as suas emissões de GEE dos 60Mton, registados em 1990, para 76,2Mton, em 2012. Ora, os dados da Agência Europeia do Ambiente e do Plano Nacional para as Alterações Climáticas, mostram que Portugal já ultrapassou (registando 84Mton), em 2002, a sua quota prevista para 2012, estando assim obrigado a reduzir, a partir de hoje, as suas emissões de GEE em 20Mton de forma a cumprir Quioto.

Para Jorge Moreira da Silva, “a Directiva do Comércio de Emissões, conduzirá, em Portugal, a uma redução de 10 Milhões de toneladas de CO₂, até 2012, nos sectores da indústria e da energia. Falta, pois decidir, como cortar as outras 10 M de toneladas de CO₂, sendo que essa decisão terá de ser tomada a nível nacional e, não mais, a nível europeu”.

Comunicação Social em Editorial

No início desta Legislatura, a oposição ao Governo, toda ela, numa atitude criativa e adivinhadora, avançou ao País uma grelha de programação prevendo o que seria a gestão deste dossier por parte do Governo no que toca ao audiovisual.

Arvorados em profetas do futuro, planearam a emissão, imaginaram programas e anunciaram sonoramente os conteúdos. Recordemos essa famosa, mas frustrada, programação.

A emissão, toda ela assente na fantasia, abria com o vídeo-clip «Money» dos Pink Floyd, uma homenagem à herança deixada no sector pelo governo socialista.

Imediatamente depois vem o Jornal. A notícia de abertura era bombástica: «O serviço público de televisão em Portugal vai acabar».

Seguia-se o tradicional intervalo. Sem anúncios, porque o senhor Ministro queria fazer o «telenegócio», isto é, acabar totalmente com a publicidade no canal 1 da RTP, favorecendo, assim, de forma vergonhosa, os operadores privados. O intervalo, claro está, era em ecrã negro, sinal de luto, porque a publicidade na RTP tinha «morrido».

Chegava a hora do Boletim Meteorológico. A oposição, com o mapa do País em fundo, dava «mau tempo», muito «mau tempo», para o Governo. O País não gostava das perspectivas que se avizinhavam para a RTP. Vinha aí «saraivada da grossa». A estação do Inverno era a estação da RTP.

Depois, à tardinha, lá vinham os desenhos animados. A oposição delirante imagina um storyboard no qual constava um grupo de trapalhões que não entendiam nada de audiovisual.

Neste fantástico infantil, o Partido Socialista assumia o papel do «grilo falante». Era a consciência responsável da cultura e do serviço público. Louvável! Só, é pena, não passava de banda desenhada.

À hora do jantar, a oposição tinha preparado um grande concurso: «Quem quer ser dono de uma televisão?». Eram os canais 1 e 2 que iam ser privatizados. Concorrentes não faltavam. Só que ninguém conseguiu ganhar! A pergunta decisiva era: qual o projecto que o governo socialista deixou para o audiovisual em Portugal? Havia duas possibilidades de resposta: A – Uma folha em branco; B – Um post-it amarelo com uma anotação. Todos os concorrentes respondiam: um post-it amarelo com uma anotação. A resposta certa era: um folha em branco. Ninguém acertou!

Naturalmente que esta curiosa e virtual emissão tinha o ponto alto à noite, em Prime Time, para todo o País ver: um filme de terror. O seu título «A Extinção da RTP».

Actor principal: Ministro Morais Sarmento.

Um filme a preto e branco que pretendia pôr o País a chorar.

No fim, para fechar a emissão, qual cereja no bolo da noiva, não havia Hino Nacional. A



Luís Álvaro Campos Ferreira

emissão fechava com a Marcha Fúnebre.

Era esta a programação que o Partido Socialista e demais oposição gostavam de ter visto. Mas não foi. Esta grelha, meus caros Deputados, nunca foi para o ar.

Não é com falsas programações, mesmo que anunciadas com ar solene, que o Partido Socialista sobe as suas audiências e melhora o seu share.

A realidade é bem diferente. Este Governo herdou um vazio de estratégia para o sector, um montão de dívidas e um serviço público de televisão que de serviço público só tinha o nome e de televisão só tinha a antena.

Há cerca de um ano, o Ministro veio aqui fazer o diagnóstico e, há cerca de seis meses, o Ministro veio aqui, de livre vontade, apresentar um grande e importante documento: Novas Opções para o Audiovisual. Hoje, o Ministro vem aqui dar tradução legislativa a alguns dos princípios fundamentais constantes desse documento.

Esta é a programação real, responsável e competente a que o País está a assistir.

O Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata tem muito orgulho no trabalho que o Ministro e a sua equipa estão a desenvolver.

Aliás, o Ministro deu um grande exemplo ao País: vale a pena trabalhar e vale a pena resistir, quando se tem uma linha de rumo e quando se tem um caminho.

Quem tinha a convicção de que o Ministro estava na rota certa, com a apresentação destes três diplomas, ficou com a certeza de que o caminho é este e que é para seguir em frente. Parabéns, Senhor, Ministro!

Estas três propostas de lei são três pilares fundamentais para o sector do audiovisual em Portugal. Não são notas soltas, não são peças soltas nem compartimentos estanques, elas são

transversais, são pensadas e o objectivo é corajoso, louvável e claro: um sector de audiovisual do Estado financeiramente saudável e que realize um verdadeiro serviço público.

Através da proposta de lei n.º 66/IX, ficam claros os seus modelos de concessão e ficam claras as suas obrigações: limita a programação como a pornografia e condiciona certos conteúdos a determinados horários; dá um passo de gigante na criação de uma ética de antena; o regime sancionatório previsto e a criação, logo que possível, de uma entidade reguladora são provas suficientes para verificar que estamos perante um diploma que conhece a realidade e tem em vista a funcionalidade e a exequibilidade da lei.

A proposta de lei n.º 67/IX reestrutura o sector empresarial do Estado na área do audiovisual, tendo os olhos postos no futuro. Esta nova estrutura jurídico-económica facilita a tão desejada integração dos serviços de suporte dos operadores de radiotelevisão e de radiodifusão. É uma organização simples, funcional e construída para poder ser responsabilizada.

A proposta de lei n.º 68/IX prevê um financiamento do serviço público mais transparente e mais estável. Mais transparente, porque os portugueses vão saber quanto lhes custa o serviço público. Acabou o tempo do «gasta agora que, depois, fazemos contas»; mais estável, porque as inscrições no Orçamento do Estado das chamadas «indenizações compensatórias» são plurianuais.

Por outro lado, o dinheiro da actual taxa de radiodifusão vai ser investido de forma mais rigorosa e proveitosa. A nova contribuição para o audiovisual não implica qualquer esforço extra dos contribuintes. Não há um novo imposto. O já existente vai ser objecto de uma melhor e mais repartida e mais justa gestão.

Como se vê, a oposição falhou. Particularmente o Partido Socialista falhou duplamente: falhou na gestão, que não fez, deste sector quando esteve no governo e falhou também na previsão que fez da actuação do actual Governo nesta área.

Senhores Deputados do Partido Socialista, permitam-me um conselho que se usa no futebol: para a próxima, façam prognósticos só no fim do jogo.

Senhor Ministro, em linguagem televisiva: o seu programa nesta área é excelente.

Tenho a certeza de que esta Câmara o vai registar, validando-o para que possa ser transmitido para todo o País.

Disse.



Propriedade PSD-Partido Social Democrata
Redacção e Serviços Administrativos (Assinaturas) Rua de São Curiano à Lapa, 9 1249-087 LISBOA - Telef. 213922140 - Fax. 213976967 - Depósito legal nº1970/83
Composição e Direcção dos Serviços de Comunicação-PSD Impressão - Mirandela Artes Gráficas, SA, Rua Rodrigues Faria, 103 - 1300 LISBOA
Distribuição - VASP Distribuidora de Publicações - Complexo Cel Béla-Vista - Rua da Tascoa, 4º Piso - Massamá - Telef. 214398500 - Fax. 213976967

POVOLIVRE

